



Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais

Organização

Maria Virgínia de Freitas

Textos

Helena Wendel Abramo

Oscar Dávila León

Coordenação

Maria Virgínia de Freitas

Textos

Oscar Dávila León

Helena Wendel Abramo

Colaboração

Cleusa Pavan

Fernanda de Carvalho Papa

Gabriela Calazans

Maria Angela Santa Cruz

Marilena Nakano

Paulo Carrano

Raquel Souza

Tiago Corbisier Matheus

Projeto Gráfico

SM&A Design

ação
educativa

R. General Jardim, 660 - Vila Buarque
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01223-010

F: 5511 3151 2333

www.acaoeducativa.org

Índice

Apresentação	5
Introdução	6
Adolescência e juventude: das noções às abordagens - Oscar Dávila León	9
O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro - Helena Wendel Abramo	19
Bibliografia	36
Sobre os autores	40

Apresentação

No período de 2001 a 2004, a Ação Educativa integrou o Grupo Técnico Cidadania dos Adolescentes, constituído por diferentes tipos de entidades – ONGs, órgãos da administração pública de todas as esferas, sindicatos, confederações de trabalhadores e sistemas de formação profissional – criado a partir de uma iniciativa do Unicef, com o objetivo de elaborar propostas de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda.

Em 2002, o GT formulou um conjunto de propostas de políticas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda debatidas em teleconferência nacional que reuniu cerca de 1.500 participantes de todas as regiões do país. O conjunto das contribuições dos participantes foi sistematizado e possibilitou a elaboração de uma publicação, apresentada aos candidatos que chegaram ao segundo turno da eleição presidencial de 2002. Ao longo de 2003, as propostas foram apresentadas aos mais diversos Ministérios (Educação, Assistência Social, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Esporte e Trabalho), que indicaram representantes para participarem das reuniões do Grupo Técnico.

Ao mesmo tempo em que se desenrolava esse processo, crescia no País a percepção de que era preciso construir políticas públicas para a juventude, para além da faixa compreendida como adolescência. Ampliava-se cada vez mais o reconhecimento de que a juventude vai além da adolescência, tanto do ponto de vista etário quanto das questões que a caracterizam, e de que as ações e projetos a ela dirigidos exigem outras lógicas, além da proteção garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, pela ação dos próprios jovens, assim como de ONGs e outros segmentos, um amplo processo de afirmação da necessidade de reconhecê-los enquanto sujeitos de direitos ganhava força e legitimidade.

Nesse contexto, o tema da juventude impôs-se na pauta das políticas públicas, tendo sido tema de debates por todo o território nacional. Num fato inédito, e como prova mais contundente do processo de institucionalização dessas políticas e sua agenda, foi criada, em 2003, na Câmara Federal, uma Comissão de Juventude, responsável pela construção de um Plano Nacional de Juventude e de um Estatuto da Juventude.

Simultaneamente, ao lado de iniciativas de atores diversos (UNESCO, universidades, Ongs, institutos empresariais e outros) o Instituto Cidadania promovia um amplo programa de estudos, pesquisas, discussões e seminários em vários Estados, cujas conclusões, sob o nome Projeto Juventude, seriam apresentadas ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. E, sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, era organizado um Grupo Interministerial tendo tais políticas como pauta.

O GT Cidadania dos Adolescentes deparou-se, então, com uma grande questão: qual a relação entre as políticas para a adolescência – até então pensadas em articulação com as políticas para a infância – e as políticas para a juventude? Ou, no fundo, qual a relação entre adolescência e juventude? Em que medida se confundem ou se diferenciam?

Ficou evidente, naquele debate, a necessidade de se avançar, no Brasil, na construção de um marco conceitual sobre adolescência e juventude que favoreça a construção de políticas que melhor atendam às suas especificidades.

Para contribuir com esse desafio, convidamos Helena Abramo e Oscar Dávila León a escreverem sobre o tema, submetemos a primeira versão do texto à apreciação de seis pareceristas e, a partir daí, os autores prepararam os textos aqui apresentados.

Ao publicar este caderno, a Ação Educativa espera contribuir para fomentar o debate em torno das concepções de juventude e de adolescência que vêm orientando os diversos atores e sua articulação com as políticas.

Maria Virgínia de Freitas
São Paulo, novembro de 2005

Introdução

O tema da juventude tem tomado corpo no Brasil, de forma bastante intensa nos últimos anos, ampliando e diversificando os focos anteriormente existentes e colocando novas questões e desafios para a construção de diagnósticos e ferramentas de trabalho para quem atua em ações e iniciativas dirigidas aos jovens.

Há hoje no Brasil, uma diversidade de atores neste campo, com diferentes visões a respeito da juventude, diferentes modos pelos quais definem o público foco de sua ação e diferentes posições a respeito de como estes devem (ou não) se tornar assunto para políticas públicas; visões que também se vinculam a diferentes perspectivas políticas relativas às propostas e projetos para o país.

Tal multiplicidade de abordagens contém diferentes concepções no que diz respeito ao próprio “objeto” em questão: o que está sendo designado pelo termo juventude, neste debate? Como se define, como se recorta, como se caracteriza sua singularidade e especificidade frente a outras categorias sociais? Como afirma recente informe da CEPAL/OIJ, ainda permanece uma *“tarea compleja, tanto para el mundo académico como para los gobiernos, delimitar una categoría de juventud que permita establecer cuales son los límites de esta etapa de la vida y como visibilizar sus particularidades sociohistoricas y necesidades”* (2004, p. 290).

É preciso explorar este tema iniciando por dizer que existe, hoje, no Brasil, um uso concomitante de dois termos, *adolescência* e *juventude*, que ora se superpõem, ora constituem campos distintos, mas complementares, ora traduzem uma disputa por distintas abordagens. Contudo, as diferenças e as conexões entre os dois termos não são claras, e, muitas vezes, as disputas existentes restam escondidas na imprecisão dos termos.

Sem a pretensão de prover uma definição única, inquestionável, ou mesmo consensual sobre estes termos, pela impossibilidade de tal façanha¹, a proposta deste texto é apresentar uma definição de juventude, evidenciando suas diferenças com relação à de adolescência, buscando extrair, em decorrência, possibilidades de delimitações que contribuam para a criação de ferramentas de trabalho. Neste sentido, procuraremos mostrar como têm sido abordadas as questões dos adolescentes e jovens, que se transformam em foco para as ações públicas e estatais; de que modo os termos adolescência e juventude têm sido usados no debate e na ação na conjuntura brasileira atual.

A importância de proceder a uma busca de esclarecimento deste tipo pode ser resumida por aquilo que afirma Oscar Dávila (2004): *“pues detrás de toda política se encuentra una noción determinada del o los sujetos a quienes se destina y sus problemáticas concretas, y dependerá de esa noción el tipo de políticas y programas que se generen como respuesta.”*

A definição de juventude pode ser desenvolvida por uma série de pontos de partida: como uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração... Mas todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade. Há, portanto, uma correspondência com a faixa de idade, mesmo que os limites etários não possam ser definidos rigidamente; é a partir dessa dimensão também que ganha sentido a proposição de um recorte de referências etárias no conjunto da população, para análises demográficas.

Do mesmo modo, a noção de geração remete à idéia de similaridade de experiências e questões dos indivíduos que nasceram num mesmo momento histórico, e que vivem os processos das diferentes fases do ciclo de vida sob os mesmos condicionantes das conjunturas históricas. É esta singularidade que pode também fazer com que a juventude se torne visível e produza interferências como uma categoria social. Assim, mesmo não sendo suficiente, ou mesmo central, para todas essas abordagens, a noção de fase do ciclo vital pode ser um bom começo para a discussão.

¹ Como assinala trecho do relatório CEPAL/OIJ, “la literatura sobre el tema de la identidad juvenil plantea, en general, la imposibilidad de una definición concreta y estable sobre su significado. Cada época y sociedad imponen a esta etapa de la vida fronteras culturales y sociales que asignan determinadas tareas y limitaciones a este grupo de la población (Levi y Smith, 1996)”. (La juventud en iberoamérica: tendencias y urgencias, 2004).

Este período, tal como genericamente definido, na sociedade moderna ocidental, começa com as mudanças físicas da puberdade (de maturação das funções fisiológicas ligadas à capacidade de reprodução), com as concomitantes transformações intelectuais e emocionais e termina, em tese, quando se conclui a “inserção no mundo adulto”. Na concepção clássica da sociologia² tal inserção, que marca o fim da juventude, abarca, de modo geral, cinco dimensões: terminar os estudos; viver do próprio trabalho; sair da casa dos pais e estabelecer-se numa moradia pela qual torna-se responsável ou co-responsável; casar; ter filhos³. Estas cinco condições são uma tradução moderna para os fatores que, em todos os períodos históricos, definem a condição de adultos: depois do período de preparação, estar apto a produzir e reproduzir a vida e a sociedade, assumindo as responsabilidades pela sua condução.

No entanto, se esse período se alonga na sociedade moderna, ele pode comportar durações e ritmos bastante diferentes de acordo com os contextos sociais e também com as trajetórias de cada indivíduo. Mais ainda, estas condições que assinalam o término da juventude podem ser relativizadas e, isoladamente, não bastam para caracterizar um ou outro estágio da vida. A perda de linearidade deste processo é um elemento que caracteriza hoje a condição juvenil, como veremos no próximo capítulo.

Outra constatação que atualiza a noção de juventude é que mesmo compreendida como fase de transição, da qual pode advir uma situação de ambigüidade dada pela coexistência de características das fases das duas pontas do processo, isto não significa que a condição juvenil não possa ser caracterizada de modo particular, que não tenha significados próprios. Muito pelo contrário; na sociedade atual, ela se reveste de conteúdos muito singulares e de grande intensidade social.

Os marcos etários que são usados para abordar este período, referência usada para análises demográficas e definição dos públicos de políticas variam muito de país para país, de instituição para instituição. Mas de forma geral existe hoje uma tendência, no Brasil, baseada em critérios estabelecidos pelas Nações Unidas e por instituições oficiais (como o IBGE), de localizar tal franja etária entre os 15 e 24 anos, considerando, é claro, a existên-

cia de profunda variação de acordo com as situações sociais e trajetórias pessoais dos indivíduos concretos.

Na próxima parte deste texto, poderemos ver com mais profundidade o modo como as diferentes disciplinas e correntes definem os termos da adolescência e juventude. Queremos, contudo, fazer aqui uma breve localização do uso corrente que têm assumido no Brasil. Normalmente, quando psicólogos vão descrever ou fazer referências aos processos que marcam esta fase da vida (a puberdade, as oscilações emocionais, as características comportamentais que são desencadeadas pelas mudanças de *status* etc.) usam o termo *adolescência*. Quando sociólogos, demógrafos e historiadores se referem à categoria social, como segmento da população, como geração no contexto histórico, ou como atores no espaço público, o termo mais usado é *juventude*.

No entanto, no Brasil, dos anos 80 até recentemente, o termo *adolescência* foi predominante no debate público, na mídia e no campo das ações sociais e estatais. Fruto de um importante movimento social, em defesa dos direitos da infância e adolescência, que ganhou corpo na sociedade brasileira e fez emergir uma nova noção social, centrada na idéia da adolescência como fase especial do ciclo de vida, de desenvolvimento, que exige cuidados e proteção especiais. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), legislação resultante desta luta, avança profundamente a compreensão sobre as crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos, e estabelece os direitos singulares da adolescência, compreendida como a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de idade, quando então se atinge a maioridade legal; tornou-se uma ampla referência para a sociedade, desencadeando uma série de ações, programas e políticas para estes segmentos, principalmente para aqueles considerados em risco pelo não atendimento dos direitos estabelecidos.

A partir deste marco, uma boa parte das ações públicas e privadas, como, por exemplo programas desenvolvidos tanto pelo Estado como por ONGs, no campo da saúde, do lazer, da defesa de direitos, da prevenção de violência, de educação complementar e alternativa, passaram a definir seu público alvo desta maneira. Muitos movimentos sociais também passaram a incorporar em suas pautas bandeiras de defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

² Principalmente da sociologia funcionalista, que produziu as primeiras pesquisas e formulações sobre o tema.

³ Ver por exemplo Braslavski, apud Margulis.

O termo juventude, assim como os jovens com mais de 18 anos, ficaram por muito tempo fora do escopo da tematização social; até meados dos anos 90, quando uma nova emergência do tema se produz, principalmente centrada na preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens, basicamente relacionados às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho, e do aumento da violência, resultando em profundas dificuldades de estruturar projetos de vida.

As respostas produzidas até então, sob a referência da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, centradas nos fundamentos da proteção e tutela para garantir um desenvolvimento adequado dos sujeitos até atingir a maioria, se mostraram insuficientes para dar conta das questões emergentes relativas aos processos (e dificuldades) de inserção e atuação no mundo social, vividos por aqueles que já têm mais de 18 anos, mas se encontram ainda num momento diferenciado da idade adulta, exatamente por estarem ainda construindo seus espaços e modos de inserção. As respostas que estavam sendo produzidas no sentido da formação e preparação para uma vida adulta futura não se mostraram suficientes para dar conta dos dilemas vividos nos processos de busca de construção da inserção, da experimentação, da participação, que se colocam com muito mais intensidade nesta fase da vida do que para a infância e primeira adolescência.

É nesse sentido que o tema da juventude, para além da adolescência, se coloca como um novo problema político no país, demandando novos diagnósticos e respostas no plano das políticas. Desse modo, por um lado, se amplia a noção de juventude e, por outro, surgem possibilidades de distinguir diferentes segmentos nesta categoria ampliada, que podem também obedecer a distintos tipos de recorte.

Atualmente, uma das tendências, no interior do debate sobre políticas públicas, é distinguir como dois momentos do período de vida amplamente denominado juventude, sendo que a *adolescência* corresponde à primeira fase (tomando como referência a faixa etária que vai dos 12 aos 17 anos, como estabelecido pelo ECA), caracterizada principalmente pelas mudanças que marcam esta fase como um período específico de desenvol-

vimento, de preparação para uma inserção futura; e *juventude* (ao que alguns agregam o qualificativo *propriamente dito*, ou então denominam como *jovens adultos*, ou ainda *pós adolescência*) para se referir à fase posterior, de construção de trajetórias de entrada na vida social.

Mas em grande medida a imprecisão e a superposição entre os dois termos permanece, o que pode levar a ambigüidades que podem resultar em invisibilidades e desconsiderações de situações específicas que geram, em decorrência, a exclusão de múltiplos sujeitos do debate e do processo político atual.

Esta situação não ocorre somente no Brasil, como registrado no informe já citado:

“(a superposição) tiene implicancias no solo para la fundamentacion de las politicas de juventud, sino para la delimitacion y el caráter de la oferta programática que pueden brindar los países a estos sectores. Por una parte, el discurso sobre el sujeto joven parece considerar que la juventud engloba a la adolescência, aunque en la practica deja fuera periodos cruciales de la experiencia juvenil. (...) esto plantea varias contradicciones. A nivel general se presenta una dualidad en el sujeto juvenil, relacionada al desfase entre sus realidades sociales y legales. Por otra parte, la existencia de programas de adolescência, aunque contribuyen al desarrollo juvenil, no cubren el período juvenil a cabalidad”
(Krauskopf y Mora, 2000)⁴.

Por isso, nos propomos a tentar especificar, na medida do possível, o uso destes termos, para que a partir dessa diferenciação possam ser elaborados diagnósticos que apreendam as especificidades das múltiplas situações que compõem a juventude, ou melhor dizendo, as juventudes do país, na busca de ampliar a proposição de garantia dos direitos a todos os diferentes segmentos que a compõem. Procuraremos neste texto, portanto, aprofundar a caracterização dos termos adolescência e juventude, tal como estão sendo tematizados na reflexão contemporânea, e tal como têm se colocado no campo de ação da sociedade brasileira.

4 CEPAL/OIJ, 2004



Capítulo 1

Adolescência e juventude: das noções às abordagens

Oscar Dávila León

O campo de estudo e de conceituação em torno das noções de adolescência e juventude tem apresentado um desenvolvimento notável, sobretudo nas últimas duas décadas na América Latina, tanto do ponto de vista analítico, quanto na perspectiva de desenvolvimento de determinadas ações consideradas como políticas públicas direcionadas ao fomento, desenvolvimento, proteção e promoção das diversas condições sociais nas quais se inserem os diferentes conjuntos de adolescentes e jovens.

A partir daí, já não se trata de novidade, mas sim de uma necessidade, pluralizar o momento de referir-nos a estes coletivos sociais, isto é, a necessidade de falar e conceber diferentes “adolescências” e “juventudes”, em um sentido amplo das heterogeneidades que se possam apresentar e visualizar entre adolescentes e jovens.

Isto ganha vigência e sentido, a partir do momento que concebemos as categorias de adolescência e juventude como uma construção sociohistórica, cultural e relacional nas sociedades contemporâneas, onde as intenções e esforços na pesquisa social, em geral, e nos estudos de juventude, em particular, têm estado focados em dar conta da etapa da vida que se situa entre a infância e a fase adulta. Por sua vez, infância e fase adulta também são resultados de construções e significações sociais em contextos históricos e sociedades determinadas, em um processo de permanentes mudanças e resignificações.

Porém, nem todo o processo de aproximação das noções em pauta pode ser concebido sob um manto de incertezas e ambigüidades, pois ocorreram avanços importantes no campo da pesquisa em temáticas de adolescência e juventude atualmente. Isto não necessariamente se orienta para convenções assumidas hegemonicamente em suas perspectivas analíticas e evidências empíricas adquiridas, mas antes tendem a construir um campo de análise em disputa, tentando delimitar as dimensões e

variáveis que possam tornar mais claras as análises e seus eventuais impactos na formulação e definição de políticas para estes sujeitos sociais.

Essas discussões e disputas vêm-se abrindo e avançando em marcos conceituais múltiplos, heterogêneos e de possíveis utilizações pela pesquisa social, os quais têm se desenvolvido a partir dos mesmos conceitos de adolescência e juventude na atualidade, e também dos diferentes enfoques que tentam dar conta destas condições sociais, como a confluência de uma multiplicidade de abordagens disciplinares na compreensão do adolescente e do juvenil. De igual modo, as estratégias e métodos de investigação social sobre adolescência e juventude também vêm constituindo um campo de debate nas ciências sociais, onde o uso de estratégias do tipo qualitativo e centradas com maior ênfase nas subjetividades dos sujeitos tem adquirido marcada relevância, sem desconhecer a utilização abrangente de estratégias do tipo quantitativo. Porém, as pesquisas qualitativas detêm o mérito de ter ampliado o marco compreensivo a partir do próprio sujeito e de seus ambientes próximos e distantes, o que tem levado a uma tomada de posição diferente e que permite maior aprofundamento analítico das cotidianidades adolescentes e juvenis, para, a partir daí, promover a interlocução e interpelação aos contextos e estruturas sociais, como também às instituições sociais. Semelhantemente, também podemos visualizar uma readequação ou modificação nos tipos de leitura ou eixos compreensivos das questões constitutivas da condição adolescente e juvenil, onde ganhou uma importante relevância a abordagem destas condições a partir de uma leitura sociocultural, mais desenvolvida atualmente do que as leituras socioeconômicas e as sociopolíticas. Exemplo disto são os estudos socioculturais e o âmbito das culturas juvenis.

1. A construção das noções

Os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais vieram adquirindo denotações e delimitações diferentes: *“la juventud y la vejez no están dadas, sino que se construyen socialmente en la lucha entre jóvenes y viejos”* (Bourdieu, 2000:164).

Na base desta evolução conceitual, a historiografia e a filosofia nos trazem os antecedentes mais remotos,

principalmente através do trabalho com as fontes documentais acessíveis, onde a partir da tensão sempre presente na análise social sobre a constituição de categorias sociais e noções que dão conta do processo pelo qual os sujeitos atravessam um ciclo vital definido historicamente e culturalmente (cf. Sandoval, 2002; Feixa, 1999; Levi e Schmitt, 1996a e b). A mesma noção de infância nos remete ao ciclo de vida e suas dinâmicas de passagem da infância à denominada idade adulta. O interstício entre ambos os estágios é o que se costuma conceber como o campo de estudo e conceitualização da adolescência e da juventude, com delimitações não completamente claras em ambas, que em muitos aspectos se sobrepõem, e dependendo dos enfoques utilizados para estes efeitos.

Disciplinarmente, tem sido atribuída à psicologia a responsabilidade analítica da adolescência, na perspectiva de uma análise e delimitação partindo do sujeito particular e seus processos e transformações como sujeito; deixando a outras disciplinas das ciências sociais — e também das humanidades — a categoria de juventude, em especial à sociologia, antropologia cultural e social, história, educação, estudos culturais, comunicação, entre outras. A partir de sujeitos particulares, o interesse se concentra nas relações sociais possíveis de estabelecer-se entre os mesmos e as formações sociais, na identificação de vínculos ou rupturas entre eles (Bajoit, 2003). Entretanto, em muitas ocasiões, existe a tendência de utilização dos conceitos de adolescência e juventude de maneira sinônima e homologadas entre si, especialmente no campo de análise da psicologia geral, e em suas ramificações, como a psicologia social, clínica e educacional, o que não ocorre com tanta frequência nas ciências sociais.

Conceitualmente, a adolescência constitui-se como campo de estudo recente dentro da psicologia evolutiva, tendo emergido de forma incipiente somente ao final do século XIX e com maior força no início do século XX, sob a influência do psicólogo norte-americano Stanley Hall, o qual, com a publicação (1904) de um tratado sobre a adolescência, constituiu-se como marco de fundação do estudo da adolescência passando a fazer parte de um capítulo dentro da psicologia evolutiva. Para Hall, a adolescência é,

“una edad especialmente dramática y tormentosa en la que se producen innumerables

tensiones, con inestabilidad, entusiasmo y pasión, en la que el joven se encuentra dividido entre tendencias opuestas. Además, la adolescencia supone un corte profundo con la infancia, es como un nuevo nacimiento (tomando esta idea de Rousseau) en la que el joven adquiere los caracteres humanos más elevados” (Delval, 1998:545).

Levando em consideração as diferentes concepções que podem existir em torno da adolescência — clássicas e contemporâneas —, podemos encontrar alguns traços frequentes, seja do *ponto de vista biológico e fisiológico*, ou do desenvolvimento físico. Durante a adolescência alcança-se a etapa final do crescimento, com o começo da capacidade de reprodução, podendo dizer-se que a adolescência se estende desde a puberdade até o desenvolvimento da maturidade reprodutiva completa. Não se completa a adolescência até que todas as estruturas e processos necessários para a fertilização, concepção, gestação e lactação não tenham terminado de amadurecer (Florenzano, 1997).

Do *ponto de vista do desenvolvimento cognitivo ou intelectual*, a adolescência caracteriza-se pela aparição de profundas mudanças qualitativas na estrutura do pensamento. Piaget denomina este processo de *período das operações formais*, onde a atuação intelectual do adolescente se aproxima cada vez mais do modelo do tipo científico e lógico. Junto com o desenvolvimento cognitivo, começa na adolescência a configuração de um raciocínio social, sendo importantes os processos identitários individuais, coletivos e sociais, os quais contribuem na compreensão de nós mesmos, as relações interpessoais, as instituições e costumes sociais; onde o raciocínio social do adolescente se vincula com o conhecimento do *eu* e os outros, a aquisição das habilidades sociais, o conhecimento e a aceitação/negação dos princípios da ordem social, e com a aquisição e o desenvolvimento moral e de valor dos adolescentes (Moreno e Del Barrio, 2000).

Adicionalmente, o conceito de adolescência, em uma perspectiva conceitual e aplicada, também inclui outras dimensões de caráter cultural, possíveis de evoluir de acordo com as mesmas transformações que experimentam as sociedades em relação a suas visões sobre este conjunto social.

“O conceito de adolescência é uma construção social. A par das intensas transformações biológicas que caracterizam essa fase da vida, e que são universais, participam da construção desse conceito elementos culturais que variam ao longo do tempo, de uma sociedade a outra e, dentro de uma mesma sociedade, de um grupo a outro. É a partir das representações que cada sociedade constrói a respeito da adolescência, portanto, que se definem as responsabilidades e os direitos que devem ser atribuídos às pessoas nesta faixa etária e o modo como tais direitos devem ser protegidos” (Grupo técnico, 2002:7).

Estas formas de conceitualizar, delimitar e olhar de forma abrangente a adolescência, podem ser concebidas como enfoques com os quais têm-se operado, havendo neles uma multiplicidade de fatores, características e elementos, uns mais destacados que outros, mas que transitam pela ênfase nas transformações físicas, biológicas, intelectuais e cognitivas, de identidade e personalidade, sociais e culturais, morais e de valor. Para Delval (1998), estas concepções sobre a adolescência podem ser sintetizadas em três teorias, ou posições teóricas sobre a adolescência: a teoria psicanalítica, a teoria sociológica e a teoria de Piaget.

A *teoria psicanalítica* concebe a adolescência como resultado do desenvolvimento que ocorre na puberdade e que leva a uma modificação do equilíbrio psíquico, produzindo uma vulnerabilidade da personalidade. Por sua vez, ocorre um incremento ou intensificação da sexualidade e uma modificação nos laços com a família de origem, podendo ocorrer uma desvinculação com a família, e um comportamento de oposição às normas, gestando-se novas relações sociais e ganhando importância a construção de uma identidade, e a crise de identidade associada a ela (cf. Erikson, 1971). Por sua vez, na *teoria sociológica*, a adolescência é o resultado de tensões e pressões que vêm do contexto social, fundamentalmente relacionado com o processo de socialização por que passa o sujeito, e a aquisição de papéis sociais, onde a adolescência pode compreender-se primordialmente a partir de causas sociais externas ao sujeito. A *teoria de Piaget* enfatiza as mudanças no pensamento durante a adolescência, onde o sujeito tende à elaboração de planos de vida e as transformações

afetivas e sociais vão unidas a transformações no pensamento, a adolescência sendo o resultado da interação entre fatores sociais e individuais (Delval, 1998:550-552).

2. Aproximação conceitual ao fenômeno juvenil

Discutidos alguns elementos que marcam uma difusa diferenciação conceitual — e às vezes também empíricas — da construção e utilização dos conceitos de adolescência e juventude, não são estranhos uma sobreposição e transporte de características de uma noção a outra, e vice-versa. Por isto, é necessário este cuidado e precaução em seu tratamento. Mas, para clareza do argumento, decidimos dedicar o item anterior fundamentalmente à categoria de adolescência, para prosseguir com esta aproximação conceitual do juvenil, que em muitos aspectos também inclui a de adolescência.

“La juventud como hoy la conocemos es propiamente una ‘invención’ de la posguerra, en el sentido del surgimiento de un nuevo orden internacional que conformaba una geografía política en la que los vencedores accedían a inéditos estándares de vida e imponían sus estilos y valores. La sociedad reivindicó la existencia de los niños y los jóvenes, como sujetos de derecho y, especialmente, en el caso de los jóvenes, como sujetos de consumo” (Reguillo, 2000:23).

Em seus diferentes tratamentos, a categoria juventude foi concebida como uma construção social, histórica, cultural e relacional, para designar com isso a dinamicidade e permanente evolução/involução do mesmo conceito. De acordo com Mørch (1996), é preciso levar em consideração que a conceitualização da juventude passa necessariamente por seu enquadramento histórico, na medida em que esta categoria é uma construção histórica, que responde a condições sociais específicas que se deram com as mudanças sociais que produziram a emergência do capitalismo, o qual outorgou o denominado *espaço simbólico* que tornou possível o surgimento da juventude (Mørch, 1996). Conjuntamente ao ponto anterior — pelo menos — a juventude é concebida como uma categoria etária (categoria sociodemográfica), como etapa de amadurecimento (áreas sexual, afetiva, social, intelectual e físico/motora) e como sub-cultura (Sandoval, 2002:159-164).

Enquanto categoria etária, que também é válida primariamente para a adolescência, podem ser feitas algumas considerações e precisões de acordo com os contextos sociais e as finalidades com que se deseja utilizar esta dimensão sociodemográfica. Convencionalmente, tem-se utilizado a faixa etária entre os 12 e 18 anos para designar a adolescência; e para a juventude, aproximadamente entre os 15 e 29 anos de idade, dividindo-se por sua vez em três subgrupos etários: de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Inclusive para o caso de designar o período juvenil, em determinados contextos e por usos instrumentais associados, este se amplia para baixo e para cima, podendo estender-se entre uma faixa máxima desde os 12 aos 35 anos, como se constata em algumas formulações de políticas públicas dirigidas ao setor juvenil, como no caso de Costa Rica em sua “Política Pública da Pessoa Jovem”. Inclusive e devido a uma necessidade de contar com definições operacionais como referentes programáticos no campo das políticas de adolescência e juventude, nos países ibero-americanos verifica-se uma grande diferença nas faixas etárias utilizadas. Por exemplo, entre 7 e 18 anos em El Salvador; entre 12 e 26 na Colômbia; entre 12 e 35 na Costa Rica; entre 12 e 29 no México; entre 14 e 30 na Argentina; entre 15 e 24 na Bolívia, Equador, Peru, República Dominicana; entre 15 e 25 na Guatemala e Portugal; entre 15 e 29 no Chile, Cuba, Espanha, Panamá e Paraguai; entre os 18 e 30 na Nicarágua; e em Honduras, a população jovem corresponde aos menores de 25 anos (CEPAL e OIJ, 2004:290-291).

Logicamente que por si só a categoria etária não é suficiente para a análise do adolescente e do juvenil, mas é necessária para marcar algumas delimitações iniciais e básicas, mas não orientadas na direção de homogeneizar estas categorias etárias para o conjunto dos sujeitos que têm uma idade em uma determinada faixa. Inclusive em certas ocasiões têm-se utilizado denominações diferentes para tentar romper com estas sobreposições entre adolescentes e jovens, por exemplo com a definição como “a pessoa jovem” (cf. CPJ, 2004); ou com a construção de modelos ou “tipos ideais” de juventude através da história, de acordo com os tipos de sociedade possíveis de identificar, onde nos encontramos.

“Desde el modelo de ‘los púberes’ de las sociedades primitivas sin Estado, los ‘efebos’ de los

Estados antiguos, lo ‘mozos’ de las sociedades campesinas preindustriales, los ‘muchachos’ de la primera industrialización, y los ‘jóvenes’ de las modernas sociedades postindustriales”
(Feixa, 1999:18).

O conceito de juventude adquiriu inumeráveis significados: serve tanto para designar um estado de ânimo, como para qualificar o novo e o atual, inclusive chegou-se a considerar como um valor em si mesmo. Este conceito deve ser tratado desde a diversidade de seus setores, onde caberia perguntar-se: desde quando começamos a construir uma definição de juventude, sem que as diferenças de classes sociais e os contextos sócio-culturais estivessem sobre as identidades das categorias de juventude?

“A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social”
(Abramo, 1994:1).

A juventude não é um “dom” que se perde com o tempo, e sim uma condição social com qualidades específicas que se manifesta de diferentes maneiras segundo as características históricas sociais de cada indivíduo (Brito, 1996). Um jovem de uma zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, como tampouco os de setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos. Por esta razão, não se pode estabelecer um critério de idade universal que seja válido para todos os setores e todas as épocas: a idade se transforma somente em um referente demográfico.

“La juventud se encuentra delimitada por dos procesos: uno biológico y otro social. El biológico sirve para establecer su diferenciación con el niño, y el social, su diferenciación con el adulto”
(Allerbeck e Rosenmayr, 1979:21).

A definição da categoria juventude pode ser articulada em função de dois conceitos: o juvenil e o cotidiano. O juvenil nos remete ao processo psicossocial de construção da identidade e o cotidiano, ao contexto de relações e práticas sociais nas quais o mencionado processo se realiza, com fundamentos em fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos. A potência desta ótica reside substancialmente em ampliar a visão sobre o ator, incorporando a variável sociocultural à demográfica, psicológica ou a categorizações estruturais que correspondem às que tradicionalmente têm-se utilizado para sua definição. Então o que inclui é a variável vida cotidiana que define a vivência e experiência do período juvenil. Segundo Reguillo, para não cair na armadilha das análises em juventude que nos deixam, de um lado, com sujeitos sem estrutura e, de outro, com estruturas sem sujeito (Reguillo, 2000:45).

“Para situar al sujeto juvenil en un contexto histórico y sociopolítico, resultan insuficientes las concreciones empíricas, si éstas se piensan con independencia de los criterios de clasificación y principios de diferenciación social que las distintas sociedades establecen para sus distintos miembros y clases de edad”
(Reguillo, 2000:49)

Este olhar permite reconhecer a heterogeneidade do juvenil a partir das diversas realidades cotidianas nas quais se desenvolvem as distintas juventudes. Desta maneira, possibilita, por sua vez, assumir que no período juvenil têm plena vigência todas as necessidades humanas básicas e outras específicas, motivo pelo qual faz-se necessário reconhecer tanto a realidade presente dos jovens como sua condição de sujeitos em preparação para o futuro. Isto supõe a possibilidade de observar a juventude como uma etapa da vida que tem suas próprias oportunidades e limitações, entendendo-a não somente como um período de moratória e preparação

para a vida adulta e o desempenho de papéis pré-determinados, tal como define a perspectiva eriksoniana.

Feitas estas considerações, podemos assinalar que o processo de construção de identidade se configura como um dos elementos característicos e nucleares do período juvenil. O referido processo se associa a condicionantes individuais, familiares, sociais, culturais e históricos determinadas. Por outro lado, é um processo complexo que se constata em diversos níveis simultaneamente. Distinguiu-se a preocupação por identificar-se a um nível pessoal, geracional e social. Ocorre um reconhecimento de si mesmo, observando-se e identificando características próprias (identidade individual); este processo traz consigo as identificações de gênero e papéis sexuais associados. Além disto, busca-se o reconhecimento de um si mesmo nos outros que sejam significativos ou que se percebem com características que se desejaria possuir e que estejam na mesma etapa de vida. Isto constitui a identidade geracional.

Também existe um reconhecimento de si mesmo num coletivo maior, em um grupo social que define e que determina, por sua vez, ao compartilhar uma situação comum de vida e convivência. A identidade refere-se obrigatoriamente ao entorno, o ambiente. Os conteúdos que originam a identidade geracional implicam modos de vida, particularmente práticas sociais juvenis e comportamentos coletivos. Também encerram valores e visões de mundo que guiam estes comportamentos.

Neste contexto, as tarefas de desenvolvimento e especificamente o processo de construção de identidade juvenil, se entende como um desafio que, ainda que seja comum aos adolescentes e jovens (ou à maioria) quanto à emergência da necessidade de diferenciar-se dos demais, e conseqüentemente de sentir-se único, não se manifesta da mesma maneira ou de forma homogênea, ao contrário, a diversidade é sua principal característica.

3. Algumas perspectivas analíticas na compreensão da adolescência e juventude

Quatro perspectivas analíticas mais recentes têm tentado avançar na compreensão do fenômeno adolescente e juvenil, constituindo-se em olhares novos ou reelaborados ao conjunto de situações pelas quais atravessam estes segmentos sociais, com ênfases diferentes e possíveis implicações no plano de impacto nas políticas orientadas aos adolescentes e jovens.

São compreensões analíticas que podem inserir elementos de concepção e definição, tanto do sujeito em questão, como do contexto no qual devem viver suas condições juvenis. São elas: o das *gerações e classes de idade*, os *estilos de vida juvenis*, os *ritos de passagem*, e as *trajetórias de vida e novas condições juvenis*.

a) As gerações e classes de idade

Pode-se compreender uma *geração* como o “*conjunto de personas que por haber nacido en fechas próximas y recibido educación e influjos culturales y sociales semejantes, se comportan de manera afín o comparable en algunos sentidos*” (RAE, 2005). Assim, a geração dos adolescentes e jovens situados em um grupo de idade tem, em Martín Criado (1998), um especial significado, pois para ele *classes de idade* é um conceito que

“nos remite, en un momento del tiempo, a la división que se opera, en el interior de un grupo, entre los sujetos, en función de una edad social: definida por una serie de derechos, privilegios, deberes, formas de actuar — en suma, por una ‘esencia social’ — y delimitada por una serie de momentos de transición — que difieren históricamente: matrimonio, servicio militar, primera comunión, certificados de escolaridad —. A su vez, cada grupo social establece una serie de normas de acceso — más o menos codificadas y ritualizadas en forma de ‘ritos de paso’ — de una clase de edad a otra. Esta división de clases de edad, por tanto, es variable históricamente: no depende de una serie de ‘naturalezas psicológicas’ previas, sino que se construye en el seno de cada grupo social en función de sus condiciones materiales y sociales de existencia y de sus condiciones y estrategias de reproducción social”
(Martín Criado, 1998:86).

Somente um mesmo quadro de vida histórico-social permite que a situação definida pelo nascimento no tempo cronológico se converta em uma questão sociologicamente pertinente (Mannheim, 1982). Que uma geração seja uma subjetividade socialmente produzida, não quer dizer que constitua um grupo social concreto. As gerações

não formam conjunto nem tampouco são “movimentos” sociais; mas isto não exclui de uma “situação geracional” comum, de ter idades próximas e viver um mesmo tempo sob condições parecidas, e que isto possa germinar a formação de grupos concretos, com uma identidade ideológica e um conjunto de interesses particulares. O fato de que estejam sujeitos a uma mesma forma de geração facilita para que surjam pontos de encontro físicos e subjetivos que são fundamentais para que se formem grupos com identidades geracionais.

Daí a pertinência de falar de gerações e classes de idade na análise de adolescência e juventude, pois permite definir e estabelecer aquelas regularidades que estariam configurando um tipo de estilo de vida, de modo cognitivo, instrumental, formal, vivencial, subjetivo que os faz diferentes de outros, mas também fortemente similares em si mesmos.

b) Os estilos de vida juvenil

No caso dos jovens, vários autores, entre eles Giddens (1996) e González Anleo (2001), concordam que é possível identificar estilos de vida propriamente juvenis, isto é, modos de ser e fazer que refletiriam a significativa mudança que estariam experimentando estes sujeitos no âmbito da construção de suas identidades pessoais e coletivas ou geracionais (González Anleo, 2001:15-16).

Na trajetória de socialização que vivenciam os jovens desde sua infância até a autonomia pessoal, vêem-se mergulhados simultaneamente a um sem-número de contextos culturais e redes de relações sociais preexistentes — família, amigos, companheiros de curso, meios de comunicação, ideologias, partidos políticos, entre outras — dos quais selecionam e hierarquizam valores e ideais, estéticas e modas, formas de relacionamento ou convivência e vida, que contribuem para modelar seus pensamentos, sua sensibilidade e seus comportamentos. Hoje, junto a estes espaços da vida cotidiana que operam como mecanismos de mediação constitutiva e ancoramento histórico da subjetividade, da busca de uma identidade própria individual e geracional, as novas tecnologias geram modos de participação mais globais que introduzem os adolescentes e jovens em uma nova experiência de socialização, distinta da familiar, da escolar e em geral, as mais comuns.

No entanto é necessário considerar com cautela a observação anterior, pois nem todos os adolescentes e jovens vêem-se expostos da mesma maneira a tal processo

globalizador, nem tampouco todos vivem as mesmas experiências, ou se é que estão expostos homoganeamente a determinados influxos sociais e culturais, nem todos os processam internamente ou em termos de sua subjetividade, da mesma maneira. Ainda que se possa falar que como coetâneos pertencem a uma mesma geração e, pelo mesmo é possível observar certos traços comuns em suas formas de ser, a verdade é que não existe somente uma cultura adolescente ou juvenil, mas várias, bem como estilos de vida diferenciados.

c) Os ritos de passagem infante/adolescente/juvenil

As definições conceituais de adolescência e juventude incorporam diferentes indicadores que não deixam claro quais são as características de mudança que se produzem no sujeito, porque as mudanças podem ser fisiológicas e de conduta. As mudanças fisiológicas são mais universais, diferentes das mudanças de conduta, que correspondem a respostas que estão relacionadas ao contexto cultural do adolescente (Feixa, 1999).

A transição infante-juvenil corresponde a um reconhecimento social por parte de seus pares e os adultos. Inclusive na maior parte das sociedades rurais e grupos étnicos não existe um longo estágio de transição prévio à plena inserção social, nem tampouco existe um conjunto de imagens culturais que distingam claramente este grupo etário de outros, mas sim, existem “*ritos de iniciação*” (Feixa, 1999), que asseguram socialmente ao jovem na sociedade através de uma cerimônia massiva que lhe permite criar vínculos afetivos. Os adultos o reconhecem como um igual pelo fato de ter autonomia social e econômica, como por sua vez, o rito de iniciação sugere responsabilidades, acessos e restrições.

Os sistemas de idade nas sociedades urbanas servem para legitimar um acesso desigual aos recursos, às tarefas produtivas, ao matrimônio e aos cargos políticos, isto implica a “*legitimização da hierarquização social das idades*” (Feixa, 1999), na qual cada etapa do desenvolvimento infante/adolescente/juvenil corresponde a certas categorias de trânsito que muitas vezes os inibe de conflitos abertos, assegurando o controle dos menores a pautas sociais estabelecidas. Cada categoria de trânsito está relacionada com certos ritos civis que cumprem com a função de integrar o menor na comunidade, que correspondem a acontecimentos importantes para o indivíduo, mas que além disto têm repercussões para a

comunidade. Nesta perspectiva, poderíamos pensar que, para os adolescentes, o começo da puberdade se correlaciona com assumir de forma consciente seus direitos e responsabilidades como cidadão.

Os ritos de passagem estabelecem um antes (criança, mutilação) e um depois (adulto, iniciação). Cada situação implica direitos e obrigações diferentes e estabelecidos a uma camada social. Mas na maioria das culturas da sociedade urbana não se sabe em que momento os menores abandonam a infância e em que momento se abandona a maturidade. Muitas vezes os jovens negam sua idade e a assunção de responsabilidades, confundindo-se ao mesmo tempo sobre quais são os deveres e direitos de cada etapa da vida. A falta de ponto de referência é substituída mediante sucedâneos que reconstróem esta necessidade que tem a natureza humana para conhecer exatamente em que ponto de sua evolução se encontra.

d) As trajetórias de vida e as novas condições juvenis

Os processos de transição da etapa adolescente/juvenil à vida adulta têm sido um âmbito de debate e discussão entre os pesquisadores em temáticas de juventude, sendo relevantes nessas discussões as noções conceituais e as implicações que elas trazem.

A primeira – “*novas condições juvenis*” – centra sua atenção nas mudanças e transformações sociais experimentadas no nível global nas últimas décadas, representadas na lógica da passagem da sociedade industrial para a sociedade informacional ou do conhecimento (Castells, 2001), as quais estão influenciando com maior força os modos de vida das pessoas e estruturando mudanças aceleradas no funcionamento da sociedade. Transformações e mudanças socioeconômicas e culturais que afetam toda a estrutura social e que adquirem características específicas no modo de entender e compreender a etapa juvenil e a categoria juventude, como tradicionalmente foi compreendida enquanto construção sociohistórica. Somado a isto, põe-se em questão a organização da vida em três momentos vitais: formação, atividade e aposentadoria, modelo que tem perdido força, fruto da transformação das estruturas sociais e do conjunto do ciclo da vida (Casanovas et al., 2002); o que tem levado a recolocar-se a condição juvenil neste novo contexto e adentrar-se na concepção desta como um conjunto de mudanças no nível das vivências e relacionamentos dos

jovens em um novo cenário social, que traz consigo certos elementos de “novas condições juvenis”, diferenciando-as da “situação social dos jovens”.

Intervém nestas diferenciações uma conceitualização sobre a noção de “juventude” que, como construção social e categoria histórica, desenvolve-se ao longo dos processos de modernização, principalmente em meados do século XX, no mundo ocidental. A “condição juvenil”, como categoria sociológica e antropológica, está referida à estrutura social como aos valores e à cultura particular dos sujeitos jovens nos processos de transformações sociais contemporâneas (formativas, trabalhistas, econômicas, culturais). E a “situação social dos jovens” nos remete à análise territorial e temporal concreta, sendo como os diversos jovens vivem e experimentam sua condição de jovens, em um espaço e um tempo determinado. Daí conjugam-se processos que vinculam à noção de juventude sob certos elementos que se visualizam com certa estabilidade: alargamento ou prolongamento da juventude, como uma fase da vida produto de uma maior permanência no sistema educativo, o atraso em sua inserção sociotrabalhistas e de constituição de família própria, maior dependência em relação a seus lares de origem e menor autonomia ou emancipação residencial.

E a segunda – “trajetórias de vida” – nos remete às mudanças experimentadas nos modelos e processos de entrada na vida adulta por parte destes sujeitos jovens, o que nos leva a entender a etapa de vida designada como juventude como uma etapa de transição (Pais, 2002a, 1998; Casal, 2002, 1999). Transição na passagem da infância à vida adulta, onde se combinam enfoques teóricos que concebem esta passagem como tempo de espera antes de assumir papéis e responsabilidades adultas, processo no qual se faz uso de uma moratória social aceita social e culturalmente; por sua vez, enfoques em desenvolvimento que nos remetem a transições juvenis de novo tipo, onde se conjuga este processo em um contexto diferente no nível dos sujeitos e as estruturas sociais nas quais se desenvolvem estas transições, ganhando maior relevância a passagem do mundo da formação para o mundo do trabalho, entendido como a plena inserção sociotrabalhistas e suas variáveis pertinentes.

A noção de trajetórias nos remete ao trânsito de uma situação de dependência (infância) a uma situação de emancipação ou autonomia social (Redondo,

2000); trânsito que se modificou, principalmente, pelo alargamento da condição de estudante no tempo e o atraso na inserção trabalhista e de autonomias de emancipação social dos jovens.

Podemos distinguir entre a transição, considerada como *movimento* (a trajetória biográfica que vai da infância à idade adulta) e a transição considerada como *processo* (de reprodução social); onde as trajetórias dos jovens são algo mais que histórias de vida pessoais: são um reflexo das estruturas e dos processos sociais; processos que se dão de maneira conjunta, ou seja, consideram processos no nível da configuração e percepções desde a própria individualidade e subjetividade do sujeito, e as relações que se estabelecem entre aquelas e os contextos no nível das estruturas sociais nas quais se desenvolvem aquelas subjetividades (Redondo, 2000; Martín Criado, 1998). Deste modo, na transição para a vida adulta por parte dos jovens, o tempo presente não está determinado somente pelas experiências acumuladas do passado do sujeito, mas também formam parte dele as aspirações e os planos para o futuro: o presente aparece condicionado pelos projetos ou a antecipação do futuro (Pais, 2000; Casal, 2002).

Nesta perspectiva, a transição da etapa juvenil à vida adulta deixou de ser um tipo de “trajetória linear”, ou concebida como uma trajetória de final conhecido e de maneira tradicional, onde o eixo da transição foi a passagem da educação para o trabalho; onde atualmente, com maior propriedade, este trânsito está mais vinculado a uma fase imprevisível, vulnerável, de incerteza maior que nas trajetórias tradicionais ou lineares, onde podem denominar-se tipos de “trajetórias reversíveis, labirínticas ou iô-iô” (López, 2002; Pais, 2002a).

Por sua vez, estes possíveis itinerários de vida ou de trânsito à vida adulta desde a etapa juvenil, também podem ter finais diversos devido à pluralidade de juventudes e condições juvenis possíveis de identificação, onde encontramos, segundo seus resultados, “trajetórias bem-sucedidas” ou “trajetórias fracassadas”, dependendo das situações biográficas dos jovens, onde a variável que mais discriminará e será fator de previsibilidade, serão os desempenhos e credenciais educativas obtidas pelos sujeitos neste trânsito até a vida adulta; além da acumulação, apropriação e transferência diferenciada dos capitais cultural, econômico, social e simbólico (Bourdieu, 2000, 1998; Martín Criado, 1998).

A “não-linearidade” das transições à vida adulta revela que já não se dá uma relação de causa/efeito, de um antes e um depois, e os modelos padronizadores das transições converteram-se em trajetórias despadrionizadas; que vão configurando projetos de vida diferenciados entre os jovens e sua passagem à vida adulta (Pais, 2002a). De tal modo que o conceito de transição enfatiza a aquisição de capacidades e direitos associados à idade adulta. O desenvolvimento pessoal e a individualização são vistos como processos que se apóiam na aprendizagem e na interiorização de determinadas normas culturais (socialização) como requisitos prévios a converter-se e de ser considerado como um membro da sociedade com todas as suas conseqüências.

Os processos de diversificação e a individualização da vida social se encontram na base da diversificação de itinerários até a maturidade, rompendo com isso, com a linearidade da transição para a maioria e surgem itinerários diversos e diversificados (López, 2002). O conceito de individualização enfatiza que é o sujeito jovem que tem que construir sua própria biografia, sem poder apoiar-se em contextos estáveis. *Isto não significa, no entanto, que já não importam os condicionamentos e a origem social* (Bois-Reymond et al., 2002).

Daí a relevância de incorporar na análise a noção de capital e as espécies de capitais, entendido aquele como uma relação social que define a apropriação diferencial e diferenciada pelos sujeitos do produto socialmente produzido. Bourdieu distingue outras espécies de capital, além do capital econômico, que, como este, supõem apropriação diferencial: “*un capital cultural (con subespecies, como el capital lingüístico), un capital escolar (capital cultural objetivado en forma de títulos escolares), un capital social (relaciones sociales movilizables para la obtención de recursos), un capital simbólico (prestigio)*” (Martín Criado, 1998:73).

É assim que podemos deixar propostas algumas indagações sobre a passagem da adolescência/juventude à idade adulta. Em que possíveis espaços tem lugar esta transição? Por sua vez, o que influi mais na transição da educação ao trabalho? A qualificação ou as origens sociais? Os projetos dos jovens ou suas trajetórias passadas? De que maneira e intensidade influem os ativos ou capitais social, cultural, econômico e simbólico presentes na configuração de diferentes tipos de trajetórias juvenis à vida adulta?



Juventude e adolescência no Brasil



Capítulo 2

O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro

Helena Wendel Abramo

1. Diferentes paradigmas nas políticas de juventude

A literatura latino americana sobre o tema das políticas de juventude tem já consolidada uma classificação das diferentes concepções sobre a juventude, que fundamentam as ações dirigidas aos jovens; abordagens predominantes em certos períodos da história da maioria dos países do continente (ABAD, 2003; Bango, 1997), mas que coexistem e, por vezes, competem entre si nos diferentes campos que compõem a arena múltipla de ações dirigidas à juventude na conjuntura presente (Krauskopf, 2003; CEPAL/OIJ, 2004).

Dina Krauskopf¹ sistematiza essas abordagens em quatro tipos.

a) A juventude como período preparatório

Nesta abordagem, a juventude aparece como período de **transição** entre a infância e a idade adulta, gerando políticas centradas na **preparação** para o mundo adulto. A política por excelência é a **Educação**; e apenas como complemento do tempo estruturado pela oferta educativa, programas dirigidos ao uso do tempo livre, de esporte, lazer e voluntariado, para garantir uma formação sadia dos jovens. O serviço militar também pode ser visto nesta perspectiva, como programa preparatório de destrezas específicas para o cumprimento de deveres de responsabilidade e unidade nacional.

É o enfoque que mais assume uma perspectiva universalista e é fundamentado na idéia de garantia de um direito universal por parte do Estado; no entanto, a limitação desta perspectiva é que, muitas vezes, a dimensão universal não está localizada na idéia de um direito universal a ser garantido de forma específica segundo as distintas e desiguais situações que vivem os jovens, mas numa noção de uma condição universalmente homogênea de juventude, centrada na possibilidade de

viver a moratória (dedicação à preparação), que não se realiza para todos os jovens, o que acaba por gerar novas situações de exclusão (Krauskopf, 2003). Outra limitação deste enfoque é que ele não visualiza os jovens como sujeitos sociais do presente, pois o futuro cumpre a função de eixo ordenador de sua preparação.

Abad e Bango apontam que este enfoque foi predominante até os anos 50, na América Latina, quando, na verdade, as políticas atingiam efetivamente apenas alguns setores sociais, principalmente os das classes médias e altas; e ainda hoje orienta boa parte das políticas e ações dirigidas aos jovens, principalmente aquelas focadas na adolescência.

No Brasil, pode-se dizer que a Educação ainda é compreendida como a política universal pertinente aos jovens, eixo central a partir do qual podem se estruturar outros programas mais focados e diversificados, como auxiliares ou complementares do processo educativo: em todos estes programas a dimensão de preparação é central, como, por exemplo, programas de prevenção na área da saúde, ligados a *comportamentos de risco* (programas educativos de prevenção do uso e abuso de drogas, da gravidez precoce, de doenças sexualmente transmissíveis etc.). Um sinal disso é que a maior parte dos programas de outras áreas ainda é pensada para ser desenvolvida no espaço da escola ou em espaços correlatos.

É neste sentido que mesmo que existam programas de diferentes áreas, serão principalmente programas de formação, como os de trabalho, que se reduzem, quase todos, à qualificação ou treinamento para o trabalho.

Na verdade, esta visão do jovem como *sujeito em preparação* e, portanto como receptor de formação, é o eixo que predomina em quase todas as ações a ele dirigidas, combinada aos mais diferentes paradigmas, não só nas políticas públicas estatais. Como aponta Livia De Tommasi em texto de análise sobre o trabalho de ONGs brasileiras com jovens (2004), *"a abordagem principal é aquela orientada pela idéia de formação"*, e a relação que os adultos (os militantes, técnicos e "funcionários" das ONGs) estabelecem com os jovens, em qualquer projeto desenvolvido, é a de "educadores".

b) A juventude como etapa problemática

Nesta perspectiva, o sujeito juvenil aparece a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou desde

¹ Políticas de juventud en centroamerica, Primeira Década, 2003. pgs 8 a 25.

o déficit nas manifestações de seu desenvolvimento. As questões que emergem são aquelas relativas a comportamentos de risco e transgressão. Tal abordagem gera políticas de caráter compensatório, e com foco naqueles setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão (normalmente os grupos visados se encontram na juventude urbana popular). Os setores que mais desenvolveram ações sob tal paradigma são os da saúde e justiça – ou segurança social - (a partir de questões tais como gravidez precoce, drogadição, dst e AIDS, envolvimento com violência, criminalidade e narcotráfico).

Uma questão desta abordagem é que a partir destes problemas se constrói uma percepção generalizadora da juventude que a estigmatiza. *“Desde este paradigma, la causa ultima de las ‘patologias’ juveniles se identifica en el mismo sujeto juvenil, de ahí que la intervención prioriza la acción en el y descuida el contexto”*. Além disso, há uma percepção a respeito da ineficácia dos programas devido a esta abordagem setorial e fragmentada. Mais ainda, *“en países donde domina este enfoque, parece dar-se un debilitamiento de las posibilidades de desarrollar estrategias sostenibles para la implementación de políticas avanzadas de juventud”* (citações de Krauskopf da p. 22).

No Brasil, este foi o enfoque que praticamente dominou as ações dos anos 80 aos 90; foi uma das principais matrizes por onde o tema da juventude, principalmente a “emergente” juventude dos setores populares, voltou a ser problematizado pela opinião pública e que tentou para a criação de ações tanto por parte do Estado como da sociedade civil. E ainda é predominante na fundamentação da necessidade de gerar ações dirigidas a jovens: quase todas as justificativas de programas e políticas para jovens, quaisquer que sejam elas, enfatizam o quanto tal ação pode incidir na diminuição do envolvimento dos jovens com a violência.

A percepção das limitações e da decorrência estigmatizante que este enfoque traz já tem sido debatida no Brasil; muitos atores têm buscado uma superação da ótica da “juventude problema” através da formulação do “jovem como solução”, bordão que se conecta com o terceiro paradigma descrito em seguida.

c) O jovem como ator estratégico do desenvolvimento

A visão do jovem como ator estratégico do desenvolvimento está orientada à formação de capital humano e

social para enfrentar os problemas de exclusão social aguda que ameaçam grandes contingentes de jovens e atualizar as sociedades nacionais para as exigências de desenvolvimento colocadas pelos novos padrões mundiais.

A análise parte da idéia do peso populacional dos jovens como um bônus demográfico ainda vigente e como argumento para justificar a inversão no resgate do capital humano juvenil. Nesse sentido, os jovens são vistos como forma de resolver os problemas de desenvolvimento, por exemplo, como os relativos a uma camada crescentes de idosos. *“Se reconoce así, que las personas jóvenes a menudo proveen el ingreso principal de sus familias, trabajan tempranamente y en condiciones azarosas, superan la adversidad, aportan entusiasmo y creatividad. Son los jóvenes los que se enfrentan con flexibilidad al desafío de las innovaciones tecnológicas y las transformaciones productivas, los que migran masivamente a las ciudades en busca de mejores condiciones de vida”* (p. 25).

Esta concepção avança no reconhecimento dos jovens como atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para responder aos desafios colocados pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas. Traz, assim, a possibilidade de incorporar os jovens em situação de exclusão não pela ótica do risco e da vulnerabilidade, mas numa perspectiva incluyente, centrada principalmente na incorporação à formação educacional e de competências no mundo do trabalho, mas também na aposta da contribuição dos jovens para a resolução dos problemas de suas comunidades e sociedades, através do seu engajamento em projetos de ação social, voluntariado etc.

No Brasil, este enfoque tem sido bastante difundido nos últimos anos, principalmente através de agências de cooperação internacional, de organismos multilaterais e de fundações empresariais que vêm apoiando ações para jovens; e tem se traduzido, na maior parte das vezes, como a postulação dos jovens como “protagonistas do desenvolvimento local”.

O problema deste enfoque é que poucas vezes se faz a contextualização (e a discussão) do modelo de desenvolvimento no qual os jovens se inserem como atores, ou até que ponto eles também devem discutir a decisão a respeito desse modelo. Também a aposta no protagonismo dos jovens, muitas vezes é a aposta numa “contribuição construtiva” que ignora as dimensões de conflito e disputa em torno dos modelos de desenvolvi-

mento e dos sentidos das “ações” de contribuição e distribuição do bem comum, ou comunitário, como é o termo consagrado dentro de tais postulações.

Um outro problema ainda é a “carga” depositada sobre os jovens, na medida em que eles aparecem como aposta para a solução das comunidades (mesmo no plano nacional), sem que sejam devidamente consideradas suas necessidades; o risco é que se tornem alvo de interesse público somente na medida das suas contribuições, em detrimento de suas demandas.

Aqui é importante acrescentar que, no Brasil, vigora ainda outra vertente, ou paradigma, além dos quatro arrolados por Dina Krauskopf – e que de certo modo encontra, em algumas versões, conexão a este anterior – centrado na idéia dos jovens como **atores com papel especial de transformação**, como fonte de crítica, contestação, capacidade de prover utopias e de dedicação generosa à dimensão social. Este enfoque, herdeiro da experiência histórica de gerações anteriores, sustentado por vários atores vinculados a partidos políticos e movimentos sociais, coloca a questão da participação no centro do papel designado aos jovens, e tem sido um elemento importante de pressão para a formulação das políticas de juventude; por outro lado, apresenta dificuldade na visualização das necessidades e direitos específicos dos jovens.

Esta visão acarreta o risco de se ater a um modelo específico de atuação e participação (realizando diagnósticos pessimistas quanto à capacidade de engajamento dos jovens das gerações atuais e oferecendo canais pouco amplos de participação efetiva), embora nos últimos anos tenha crescido a percepção da multiplicidade de formas de atuação que os jovens apresentam na contemporaneidade e a busca de inovar nos canais para abarcar uma participação mais diversificada.

Contudo, coexistem ainda dois riscos: o de privilegiar a proposição de políticas voltadas para o engajamento dos jovens em campanhas cívicas e tarefas de construção ou reconstrução nacional, perpetuando a invisibilidade de suas demandas próprias; e o de alimentar uma certa mistificação a respeito dos jovens como se fossem eles os sujeitos privilegiados da mudança social, ou os únicos capazes de inovações, ignorando o papel de outros sujeitos e movimentos sociais. Neste mesmo sentido, tal perspectiva pode alimentar uma falsa polarização entre adultos e jovens, ou uma acentuação deste conflito em detrimento

de outros, como os de classe, raça, etc., que atravessam tanto os adultos como os jovens.

d) A juventude cidadã como sujeito das políticas

Nessa visão, a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios. Tal diretriz se desenvolve, em alguns países, depois dos anos 90, em grande medida inspirada nos paradigmas desenvolvidos no campo das políticas para a infância e para as mulheres. Muda os enfoques anteriores principalmente por superar a visão negativa sobre os jovens e gerar políticas centradas na noção de cidadania, abrindo a possibilidade da consideração dos jovens como sujeitos integrais, para os quais se fazem necessárias políticas articuladas intersetorialmente.

“La construcción de políticas desde el paradigma de ciudadanía contribuye al avance de las políticas de juventud y ha llevado a dar centralidad a la participación juvenil y al reconocimiento de esta etapa como un importante periodo de desarrollo social” (p. 24).

No Brasil, podemos dizer que tal perspectiva, já consolidada (no plano da postulação, embora não no da concretização) para os adolescentes, em função do ECA, ainda não adquiriu visibilidade para os *jovens propriamente ditos*, uma vez que não se logrou ainda delimitar quais são os processos específicos de sua condição que remetem a direitos que os singularizam e se diferenciam dos direitos definidos para os outros segmentos. Pode-se dizer que tal processo apenas se inicia no nosso país; acreditamos, no entanto, que esta tem sido a perspectiva mais profícua para avançar no estabelecimento de políticas universais que atendam, da forma mais integral e ao mesmo tempo diversificada, às necessidades dos jovens, assim como às suas capacidades de contribuição e participação.

Estes paradigmas, como já afirmamos acima, coexistem na sociedade brasileira e são empunhados por atores que compõem distintas vertentes de ação com jovens, relacionadas à história de como o tema veio se desenvolvendo no Brasil. Em certas situações coexistem em ações

distintas desenvolvidas pelos mesmos atores; em outras, configuram posições em torno das quais atores diferentes disputam. Também é preciso dizer que, muitas vezes, o sentido da formulação das ações não corresponde exatamente ao sentido da ação; isto é, a proposição ou justificativa podem ser feitas em nome da consideração do jovem como sujeito de direitos, mas a ação denotar um foco real na problematização dos jovens, mesmo porque, como assinalamos, a noção do que significa, de fato, tomar o jovem como sujeito de direitos está ainda na fase da construção social e política no nosso país.

Vale a pena fazer uma breve recuperação desta história, para identificar a matriz de tais vertentes e tornar perceptível um esboço do quadro que se apresenta hoje. É preciso alertar que este esboço está baseado mais em observações advindas da vivência da autora do que em análise documental, e certamente muitas ausências poderão ser notadas²; para fazer um quadro analítico mais detalhado teria sido preciso realizar uma pesquisa específica para isso, o que está fora do escopo deste texto.

2. Histórico e mapeamento dos atores no campo das ações com jovens

Como afirma Dina Krauskopf, sempre existiram políticas concernentes à juventude, expressas tanto em afirmações como em omissões (2003).

No Brasil, até os anos 70, o termo presente tanto na academia como no debate público era o da *juventude*, tematizada fundamentalmente como categoria que problematizava a continuidade e/ou transformação social. Em decorrência da compreensão da juventude como um “período preparatório”, marcado fundamentalmente pela formação escolar, era a categoria de estudante – do ensino médio ou superior – que simbolizava a juventude. O debate em torno dela se dava quanto à sua posição como fonte de modernidade, exatamente porque os jovens podiam incorporar, através da formação escolar, novos conhecimentos e atitudes necessários ao desenvolvimento – econômico, social, político – do país, mas também como fonte de crítica, rejeição e transformação dos

sistemas implantados – educacionais, morais, culturais, sociais, políticos.³

Os jovens de outros estratos sociais, a grande maioria, que cedo entravam no mundo do trabalho e não podiam continuar os estudos, não eram identificados como jovens: somente os que, dentre esses últimos, saíam desse caminho “normal” de integração à vida adulta pela via do trabalho, pela “desocupação”, pela criminalidade ou outras situações de “desvio”, é que se tornavam alvo de preocupação pública, e o debate central se dava em termos das possibilidades de se integrarem ou restarem numa condição de marginalidade.

Isto produziu respostas dicotômicas do Estado e das instituições que tinham os jovens como público alvo: para os filhos das classes médias e altas, as políticas de educação e formação geral (incluindo esportes e poucas ações relativas ao tempo livre, intercâmbio cultural etc.), ao lado de medidas preventivas e punitivas no campo das transgressões morais e movimentos políticos. Para os jovens dos setores populares, as políticas se resumiam a algumas medidas de apoio à inserção no mundo do trabalho, mas mais fortemente medidas de prevenção, punição ou resgate das situações de desvio e marginalidade.

A partir dos anos 70, ocorre uma grande modificação no cenário. Os movimentos estudantis retomam a possibilidade de organização e manifestação pública e participam ativamente da luta pelo fim do regime militar instaurado em 1964; mas em seguida, no processo de redemocratização, vão perdendo paulatinamente sua força e capacidade de representação e legitimidade social. Ao mesmo tempo, emerge, como um tema social, a questão dos “meninos de rua”: como motivo de pânico, engendrando ondas de repressão e violência contra os menores de idade em situações diversas de abandono e desvio; e como bandeira de luta e mobilização social, envolvendo uma série de atores dos setores progressistas (entre juristas, funcionários públicos, militantes de movimentos sociais e comunitários), demandando a defesa dos direitos destas crianças, para que passassem a ser tratados como sujeitos de direitos e não como elementos perigosos para a sociedade.

2 Entre elas estão as iniciativas desenvolvidas por **agências da ONU** (como UNESCO, PNUD, FNUAP) que – através de pesquisas, seminários, oficinas de capacitação, trocas de experiências em fóruns internacionais e apoios a programas e projetos de cooperação técnica – ajudaram a construir e consolidar certos conceitos e diretrizes de ação, principalmente nos temas de Educação e Saúde.

3 O movimento estudantil, representado pelas uniões nacionais dos estudantes universitários e dos secundaristas, por um lado, e os movimentos contraculturais, cuja visibilidade maior se dava nos momentos dos festivais de música, são os atores que condensam esta percepção da juventude até os anos 60 do século vinte.

Esta luta pautou a questão da infância e adolescência na agenda pública, engendrou o desenvolvimento de políticas, programas e resultou, no bojo do processo da elaboração da Constituinte, no Estatuto da Criança e do Adolescente, considerada uma das leis mais avançadas do mundo e que tem sido um importante marco para o estabelecimento de uma nova noção de cidadania para esses segmentos, mesmo que ainda se observe uma grande distância entre a lei e a realidade.

A importância e urgência deste tema polarizaram o debate no que diz respeito à juventude, fazendo com que este termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência e com que praticamente todos os serviços e programas montados, tanto pelo Estado como por entidades da sociedade civil, tivessem como limite máximo os 18 anos de idade. Os jovens para além dessa idade ficaram fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania.

Assim, até meado dos anos 90, mesmo que às vezes sob a rubrica de juventude, o público alvo mais constante dos programas foram as crianças e, em menor foco, os adolescentes (até 18 anos). Levantamento exploratório, feito em meados de 1996, mostrou que a maior parte dos programas desenvolvidos por ONGs⁴ para este público tinham como foco os adolescentes em situação de risco e carência, e se estruturavam como serviços de atendimento de resgate e salvamento, com objetivos como: tirar meninos da situação de rua; dar reforço escolar; propiciar alguma geração de renda; promover a salvaguarda de direitos, buscando garantir a aplicação do ECA⁵.

Tais serviços, no âmbito das ONGs posicionadas na perspectiva da defesa dos direitos, se articulavam com duas linhas centrais de trabalho: a educação alternativa e a organização comunitária. Os termos solidariedade e comunidade se tornam chave neste processo; a recuperação da auto-estima do adolescente e a construção de vínculos solidários com a comunidade são os objetivos reais mais perseguidos.

É a partir dos anos 90 que os jovens voltam a adquirir visibilidade, com outras figuras, novos temas e focos.

Num primeiro momento ganhou peso na opinião pública a preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens, vinculados fortemente à crise econômica e social e consubstanciada na dificuldade de inserção (representada, principalmente, pelo desemprego, que apresenta as taxas mais altas exatamente na faixa etária dos 16 aos 24 anos), e nas decorrências dramáticas da falta de perspectivas e de oportunidades para a construção de projetos de vida. Passaram a ser tema constante de noticiário e da preocupação pública questões como problemas de saúde vinculados a certos tipos de comportamento de risco, como gravidez precoce, o uso abusivo de drogas, as várias doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS; e, principalmente, o envolvimento dos jovens com a violência, como vítimas e/ou autores, e sua relação com a criminalidade e narcotráfico, expressa principalmente na altíssima taxa de homicídios entre rapazes do sexo masculino de 18 a 25 anos de idade.

Estas questões fizeram com que os jovens emergissem como foco grave de problemas, para si próprios e para a sociedade, tornando alimentando o paradigma da “juventude como etapa problemática” descrito por Krauskopf; e engendraram ações visando a sua contenção ou prevenção, assim como a busca de montagem de alternativas de inserção social. Tais ações, sempre em escala muito pequena, foram desenvolvidas, num primeiro momento, por ONGs, muitas das quais já militando na área da infância e adolescência e de algumas instâncias governamentais (normalmente localizadas nas áreas da assistência social). Muitas vezes estas ações foram concebidas apenas como uma extensão, em termos de faixa etária, de ações já desenvolvidas com adolescentes em situação de risco (público central das entidades ligadas à defesa da infância e adolescência), sem muito aprofundamento de diagnósticos ou de compreensão da singularidade e diversidade dos sujeitos jovens. Nesse caso, desenvolveram ações muito semelhantes àquelas descritas no item anterior. Como observa Tommasi, *“muitos projetos começam a ser desenvolvidos como resposta à disponibilidade de financiamentos de alguns fundos governamentais, em particular o FAT*

4 É preciso, claro, considerar a imensa diversidade existente entre as ONGs no país; falamos, aqui, em termos genéricos, pois não é possível, no escopo deste texto, analisar as diferentes posições assumidas pelos sujeitos concretos, nem quando nos referimos às ONGs, nem aos outros setores aqui citados.

5 Como diz Livia de Tommasi: *“até meados dos anos 90, portanto, a discussão sobre a temática da juventude ficou restringida à faixa etária até os 18 anos, e foi pautada especificamente pela questão dos ‘menores’, ou seja, os adolescentes em situação de risco, os que vivem e/ou trabalham nas ruas e os que estão em conflito com a lei. Muitas ONGs, antes e depois do Estatuto, foram criadas para realizar ações de atendimento direto de crianças e adolescentes, que visavam especificamente ‘prevenir’ as condutas de risco, ampliando as oportunidades formativas e de uso saudável do tempo ‘livre’”.*

(Fundo de Amparo ao Trabalhador) e a Comunidade Solidária, mas tem também algumas (poucas) ONGs, como Ação Educativa de São Paulo, que começam a realizar programas inspirados por um olhar que considera a especificidade da condição juvenil e a dificuldade dos jovens de tornar visíveis suas questões no espaço público”.

Uma das conseqüências positivas das iniciativas desenvolvidas pelas ONGs que já lidavam com a defesa das crianças é que estes atores trouxeram para o campo da ação dirigida a jovens a compreensão da produção social dos problemas que os afetam e a necessidade de tratá-los como sujeitos de direitos (pelo menos como postulação); por outro lado, um dos limites colocados por esta mesma herança foi a dificuldade de tratar este público com uma ótica diferenciada em relação às crianças – por exemplo, a maior parte das ações estava baseada nos princípios de proteção e tutela (que marcavam, como paradigma, a ação dirigida à defesa das crianças e adolescentes), sem conseguir lidar com a demanda de autonomia e participação, e com os elementos de conflito, mais acentuadas na condição juvenil.

Como também afirma Marília Sposito,

“Há uma herança sociopolítica acumulada na luta pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que influencia positivamente o debate atual, pois alguns setores afirmam, diante da juventude, uma concepção ampliada de direitos. No entanto, parte das atenções, tanto da sociedade civil como do poder público, voltou-se, nos últimos anos, para os adolescentes e para aqueles que estão em processo de exclusão ou privados de direitos – a faixa etária compreendida pelo ECA. Este duplo recorte, etário – adolescentes – e socioeconômico, pode operar com seleções que impõem modos próprios de conceber as ações públicas. Se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioridade legal, parte das políticas exclui um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo possível das ações, pois ainda, efetivamente, vivem a condição juvenil. De outra parte, no conjunto das imagens, não se considera que, além dos segmentos em processo de exclusão, há uma inequívoca faixa de jovens pobres, filhos de

trabalhadores rurais e urbanos, os denominados setores populares e segmentos oriundos das classes médias urbanas empobrecidas, que fazem parte da ampla maioria juvenil brasileira e que podem, ou não, estar no horizonte das ações públicas, em decorrência de um modo peculiar de concebê-los como sujeitos de direitos” (2003, p. 28).

Com uma visão da necessidade de operar um resgate da dívida social com estes sujeitos, compreendidos como dos mais vulneráveis no quadro econômico e social do país, as ONGs buscaram recuperar a possibilidade dos jovens terem acesso a certos serviços, demandando o direito dos jovens a “viver a juventude”, o que significava, em grande medida, usufruir da moratória que os jovens de classes médias e altas já usufruíam, com programas de formação educativa e/ou de retorno à escola, e possibilidades de viver o tempo livre. Concomitantemente, se estruturaram ações para dirimir, resgatar ou prevenir os problemas engendrados pelas situações de vulnerabilidade, principalmente a violência, as doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez precoce, que os afastavam dessa vivência juvenil. Diferentes ações nas áreas de saúde, educação e cultura vão construindo os eixos pelos quais programas e projetos pilotos vão se organizando como repertórios comuns. São estes eixos que vão orientar muitos dos primeiros programas governamentais, que são, inclusive, muitas vezes, realizados em forma de parceria entre Estado e ONGs.

Mais tarde, algumas empresas, e principalmente **fundações empresariais**, tomaram também o jovem (ainda que na maior parte das vezes, pensada enquanto adolescência) como foco de suas ações de responsabilidade social, apoiando programas de assistência para jovens carentes e financiando, principalmente, ações de apoio à escolarização e formação para o mundo do trabalho. De modo geral, tais atores inscreveram estas ações na perspectiva de combate à pobreza, apostando numa estratégia de desenvolvimento de um novo capital humano, e nas potencialidades de sua ação no sentido de uma contribuição para o desenvolvimento das comunidades e do país, disseminando a idéia do voluntariado jovem como forma de incorporação dos jovens a seus projetos. Pode-se dizer que estas instituições e fundações do setor privado (hoje identificados com o que se chama de “terceiro

setor”), na sua maioria, iniciaram suas ações através do paradigma descrito por Dina Krauskopf como o do jovem problema e se orientam hoje para o do jovem como ator estratégico de desenvolvimento local.

Contando com recursos financeiros próprios, eles passam a apoiar financeiramente os trabalhos de diversas ONGs, a partir de objetivos, conteúdos e metodologias por eles desenvolvidos. Atualmente, muitas desses atores pertencentes ao mundo empresarial buscam interferir na orientação das ações desenvolvidas pelas ONGs que financiam, através do estabelecimento de diretrizes e critérios de avaliação comuns, buscando maior eficácia das ações e impacto social através do aumento de escala. Oferecem capacitação aos quadros dessas ONGs, tanto no que diz respeito ao aspecto gerencial quanto ao pedagógico e introduzem critérios de avaliação. Essas instituições buscam disseminar seus conceitos e diretrizes e marcam fortemente o trabalho das ONGs junto a jovens; é nesse processo que se disseminou, por exemplo, o termo **protagonismo juvenil**, definindo um tipo de relação entre educadores e jovens (mas que é apropriado de diferentes formas pelas ONGs); e, mais recentemente, os termos de **empreendedorismo** na relação com o trabalho.

Os **partidos políticos**, entre eles os de esquerda, que na luta contra o regime militar puxaram o tema da participação democrática, sempre pensaram a questão da juventude como uma fonte importante de mudança e transformação social, e tematizaram o papel dos atores juvenis nos processos de mobilização política. O ator juvenil por excelência, para os partidos, foi sempre o movimento estudantil, e as questões da juventude aquelas vinculadas à educação.⁶

O entendimento a respeito da juventude é aquele⁷ de uma categoria social particularmente disposta à inovação, à transformação e adesão a movimentos de transformação, por sua singular posição de um certo distanciamento com relação aos constrangimentos e compromissos sociais estabelecidos, e sua potência renovadora.

Vista como importante força (protagonista ou auxiliar) de mobilização social, a ação dos partidos dirigida

aos jovens foi, por um lado a interferência na condução das lutas estudantis por meio da militância organizada no movimento, e por meio da conexão das bandeiras estudantis com os programas partidários; e, por outro da mobilização da juventude em torno de grandes bandeiras do programa partidário, especialmente em momentos de crise. Mas o tema da juventude propriamente dito, de suas questões, demandas, lutas específicas, para além da questão educacional, quase nunca foi elaborado pelos partidos brasileiros, diferentemente do que ocorreu com o tema das mulheres, dos negros e da infância, em torno dos quais se elencaram bandeiras, diretrizes programáticas e propostas de políticas.

Desse modo, apenas muito recentemente a idéia de proposição de políticas públicas específicas para a juventude começou a fazer parte do debate interno aos partidos, puxado fundamentalmente pelas suas seções juvenis, mas assim mesmo muito mais centrado na reivindicação de espaços de participação no poder, através da demanda de criação de organismos e espaços de juventude no poder executivo, do que uma discussão programática de diretrizes ou propostas de políticas.

Os **movimentos sociais** (movimentos sindicais, populares, de base, de negros, de mulheres etc.), atores fundamentais na reconstrução democrática do país, expressaram as necessidades e demandas de sujeitos sociais excluídos e silenciados da vida política, demandaram e reconstruíram espaços de participação social e política e, desse modo, contribuíram em grande medida para a construção da nova pauta de direitos que se estabeleceu neste período e se consolidou no processo constituinte no final dos anos 80⁸. No entanto, estes atores enxergaram muito pouco a especificidade da juventude, das suas questões, de sua condição ou estilo de atuação. Os jovens estavam em seu meio como outros militantes e lideranças, sem uma atuação ou bandeiras específicas. A preocupação destes movimentos com os jovens era com a formação de novas lideranças e continuidade geracional.

Esta “indiferença” dos movimentos sociais com o tema da juventude neste período de grande debate político pode ser um dos fatores que explica a incipiência

6 A esquerda também estimulou a participação dos jovens no movimento operário e sindical; contudo, na participação operário-sindical a identidade juvenil aparece de forma diluída, uma vez que a identidade trabalhadora é muito mais forte. Foi na atuação estudantil que a identidade propriamente juvenil foi reconhecida.

7 Noção desenvolvida por toda uma vertente da sociologia (que vem desde Mannheim e encontra maior desenvolvimento em alguns teóricos dos anos 60, como Marcuse e, aqui no Brasil, Otávio Ianni)

8 A maior parte dos conselhos, que se consolidam hoje como espaços de relação entre governo e sociedade civil, nasce destes movimentos: das mulheres, dos direitos humanos, de saúde, da criança e do adolescente.

e insuficiência das formulações da noção dos jovens como *sujeitos de direitos*, e da demora de sua inserção na pauta das demandas por políticas públicas.

Por outro lado, a visibilidade ampliada e diversificada da juventude se deve também ao aparecimento de diversos **grupos juvenis**, principalmente dos setores populares, que, com atuações e linguagens variadas no plano da cultura, do lazer, do cotidiano, da vida comunitária, da vida estudantil, vieram a público colocar as questões que os afetam e os preocupam. Questões referentes à condição juvenil vivida nesta conjuntura, que não estavam sendo apresentadas por nenhum outro ator político ou social: além do desemprego e da dificuldade de estruturar perspectivas positivas de vida, a necessidade de lidar com novas formas de exclusão material e simbólica, com a violência cotidiana e sempre tão próxima; as possibilidades de circular pelo espaço urbano e conquistar espaços para vivenciar formas próprias de diversão e expressão; a importância de construir identidades pessoais e coletivas no cruzamento da homogeneização e fragmentação reinantes; a busca de desenvolver uma ética pessoal frente aos novos imperativos de sucesso e prazer, com os desafios de poder viver experimentações e situações de prazer preservando sua integridade física e mental etc.

Foi deste modo que as questões da juventude começaram a emergir como questões singulares, dizendo respeito a novos contornos da condição juvenil, ainda não respondidos pelo elenco de demandas já articulados numa linguagem política ou numa linguagem dos direitos. Assim também pode ser superada a visão bipolarizada a respeito dos jovens, tornando visível a imensa diversidade da juventude brasileira, e a constatação de que os jovens dos setores populares não podiam ser percebidos apenas através da chave do risco, do desvio e da criminalidade, como registros negativos de uma condição juvenil que não podiam alcançar.

Paradigmático deste novo tipo de aparecimento e expressão juvenil foram grupos culturais como os que se articulam em torno do Hip Hop (com seus vários eixos de ação, o rap, o grafite e o break), que fizeram ver (e ouvir) ao país as tensões, contradições, aspirações e reclamos dos jovens negros e pobres moradores das periferias das grandes metrópoles, e geraram processos de identificação com milhares de jovens em situação semelhante, ao largo dos grandes esquemas da mídia e da indústria de entretenimento. Mas não é só o Hip Hop que se apresen-

ta como elemento importante de aglutinação, identificação e atuação juvenil: vários outros grupos culturais, como os de reaggae, maracatu, rock, punk; grupos de capoeira, teatro, poesia, rádios comunitárias; grupos que se articulam em torno de esportes radicais, como o skate; grupos de atuação comunitária, de solidariedade ou lazer.

Tais grupos, com diversos graus de dificuldade, mas crescentemente, começam a produzir diálogos com outros movimentos sociais que atuam em arenas próximas às de suas atividades. Por exemplo, os grupos de hip hop travam “debates” e disputas “conceituais” com setores do movimento negro, por exemplo, a respeito da própria definição identitária e do sentido de sua especificidade. E logram pautar, para estes movimentos, a importância da singularidade da juventude dentro da luta racial. Nesse sentido, torna-se cada vez mais expressivo o fato da juventude reivindicar no interior dos movimentos sociais espaços específicos de discussão e pautas também específicas. Um exemplo desse processo é a criação de organizações de jovens feministas, no interior do movimento de mulheres, a articulação de jovens negros, no interior do movimento negro.

Pode-se dizer que algumas ONGs também modificam sua percepção e atuação com o mundo juvenil. A partir da relação com esses grupos: passam a ver na cultura um eixo fundamental de trabalho com jovens, a apostar na idéia de ação comunitária desenvolvida coletivamente (incorporando a idéia de apoiar projetos desenvolvidos por jovens) e desenvolver linhas de ação para o apoio e potencialização da participação pública de grupos juvenis.

Estes grupos começaram também a estabelecer diálogo com os poderes públicos para reivindicar espaços e ações voltadas para suas atividades. Em muitas municipalidades, começaram a ocupar espaços de participação, fazendo demandas de ações voltadas para eles. A resposta foi a criação de festivais, shows, centros comunitários e/ou culturais, oficinas de formação em linguagens culturais, desenvolvimento de programas específicos de saúde, ação comunitária etc.

É possível dizer que foi principalmente a ação destes e de outros grupos juvenis em diferentes espaços de interlocução com o poder público que começou a montar a pauta atual de políticas multisetoriais e diversificadas de juventude, para além das tradicionalmente incorporadas aos programas partidários, como educação e segurança. A apresentação de suas demandas, nos centros

de referência de juventude, nas assembleias de Orçamento Participativo, nos congressos de cidade, nas conferências municipais convocadas pelos organismos gestores é que foram tornando visíveis suas questões específicas, e a lógica de suas *necessidades singulares* alcançou algum grau de reconhecimento por parte dos outros atores sociais. É desse modo também que a idéia da existência de direitos da juventude começa a ser esboçada.

Concomitantemente, atores juvenis mais tradicionalmente presentes no âmbito político brasileiro, como as entidades estudantis e as juventudes partidárias, além de manterem na ordem do dia suas pautas específicas relacionadas à política educacional, introduziram uma demanda de formulação de respostas institucionais por parte dos poderes públicos, como a criação de organismos gestores para a formulação e execução de políticas específicas para a juventude, e sua participação nestes processos. Eles começam também a pressionar os seus partidos para assumir o tema como parte integrante de seus programas. Com relação ao poder público, no entanto, tinham poucas reivindicações de políticas ou programas específicos. O que se reivindicava era a criação de um organismo, de um centro de referência onde os atores juvenis se fizessem ouvir pelo poder público; em outras palavras, a grande demanda deste grupo é a de *participação*, e sua contribuição maior para a conformação do quadro atual é a pressão para a criação de mecanismos e canais para a influência direta dos jovens na agenda pública.

O risco resultante destas duas vertentes de interferência juvenil é o de reservar aos jovens dos setores populares e seus grupos de expressão o papel de demandantes e público alvo das políticas, e aos jovens dos partidos políticos e grupos estudantis o papel de formuladores das políticas, através de sua incorporação aos organismos do poder público. No entanto, tem-se disseminado a idéia da importância de considerar a **diversidade** dos atores juvenis, assim como de suas demandas, e diferentes possibilidades de participação, para a composição da pauta e das estruturas de formulação das políticas.

3. O cenário atual e dois modos de abordar as questões da adolescência e juventude

De alguns anos para cá o debate sobre a juventude e principalmente sobre políticas públicas para o segmento tem aumentado bastante, envolvendo uma miríade de atores, de âmbitos distintos, em diferentes arenas públi-

cas: gestores locais buscando se articular e aumentar sua força política e orçamentária; ONGs e entidades da sociedade civil aumentando o escopo de suas ações e procurando constituir redes para propor e executar políticas públicas; fundações empresariais e organismos de cooperação internacional financiando projetos da sociedade civil e programas públicos; núcleos acadêmicos e instituições ligadas à ONU realizando pesquisas para diagnósticos e fomentando espaços públicos de debate; parlamentares instituindo comissões públicas no âmbito legislativo para o acompanhamento e proposição de políticas públicas e estabelecimento de marcos legais para o tema (a primeira comissão parlamentar de juventude foi instaurada na Câmara Municipal de São Paulo, em 2001; hoje existem várias outras em municípios de diferentes estados e, desde 2003, foi criada a Frente Parlamentar de Juventude na Câmara Federal. Há também, principalmente, uma grande variedade de grupos e organizações juvenis demandando e propondo políticas e espaços de participação para a definição destas.

Particularmente nos últimos dois anos este processo se intensificou, com a configuração de atores e espaços mais articulados e visíveis.

A Frente Parlamentar desenvolve, a partir de 2003, um processo de audiências em todos os estados do país, com a participação de jovens, para o estabelecimento de um relatório indicando os elementos para a construção de um Plano Nacional de Políticas de Juventude, de um Estatuto da Juventude e o encaminhamento de uma proposição de criação de um órgão de gestão no governo federal, processo que teve como um dos pontos culminantes uma conferência nacional de juventude em 2004.

Durante mais de um ano, entre 2003 e 2004, o Instituto Cidadania promoveu um amplo processo de discussão envolvendo organizações juvenis, pesquisadores, representantes de movimentos sociais, de ONGs, de fundações empresariais, gestores, intelectuais etc., em uma série de seminários, oficinas, plenárias, produzindo pesquisas e publicações, com o propósito de elaborar um documento de referência e proposição de políticas de juventude para o país.

Concomitantemente, o governo federal, pela primeira vez no país, instalou um canal para a articulação dos seus programas setoriais de juventude (com a criação de um grupo de trabalho interministerial), que resultou na cria-

ção, já aprovada pelo parlamento, de um arcabouço institucional específico para políticas de juventude, com uma Secretaria Nacional de Juventude e um Conselho Nacional de Juventude – órgão de articulação entre governo e sociedade civil, consultivo e propositivo. A Secretaria Nacional de Juventude, que tem caráter de articulação entre as políticas desenvolvidas pelos diferentes ministérios, será executora de um grande programa nacional, com orçamento significativo, dirigido a jovens entre 18 e 25 anos.

Houve diálogo e certa articulação entre estes três processos, o que contribuiu bastante para a criação de uma pauta política em torno do tema, apesar da diferença de âmbitos, escopos e mesmo de perspectivas entre eles.

No bojo deste processo, começam a se gerar alguns consensos e esclarecer algumas diferenças de perspectivas e abordagens.

Uma das diferenciações esboçadas é a que estabelece a adolescência e juventude como fases singulares dentro de um processo amplo de desenvolvimento e passagem para a vida adulta; e, neste sentido, demandam ações e políticas que em certos aspectos assumem um caráter geral e estendido a todo o contingente juvenil e, em outros, se diferenciam para dar conta das especificidades contidas no conjunto.

No entanto, uma das questões colocadas no processo acima descrito foi até que ponto a nova pauta, sobre a juventude, soma, se diferencia ou disputa com a pauta já construída e consolidada em torno da questão da infância e adolescência. O diálogo, neste caso, não foi ainda aprofundado, nem as articulações bem encaminhadas. É, ainda, um campo em aberto.

Neste sentido, é que apresentamos a seguir as posições formuladas por dois atores, dentre os vários existentes em cada um dos campos constituídos, para examinar de que modo as noções referentes à adolescência e à juventude estão sendo operadas neste contexto.

a) A noção de adolescência construída pelo UNICEF

A noção de **adolescência** está mais consolidada, clara e difundida na sociedade brasileira, contando com maior institucionalidade (da qual o marco legal, o ECA, e a existência de conselhos tutelares e de defesa em todos os níveis da federação são sua maior expressão), maior número de ações e atores comprometidos a sustentarem sua postulação.

Para registro de tal noção, recolhemos a definição constante do Relatório da Situação da Adolescência Brasileira, elaborado e publicado pela UNICEF em 2002: logo no início do texto, toma-se como ponto de partida a noção de adolescência como uma *“fase específica do desenvolvimento humano caracterizada por mudanças e transformações múltiplas e fundamentais para que o ser humano possa atingir a maturidade e se inserir na sociedade no papel de adulto”*; acrescenta-se, logo em seguida, que é *“muito mais que uma etapa de transição, contemplando uma população que apresenta especificidades, das quais decorrem uma riqueza e potencial únicos”*. Delimitada, etariamente, entre os 12 e os 18 anos incompletos. O texto assinala a importância de anotar que a adolescência *“não pode ser compreendida como uma condição homogênea, uma vez que é atravessada por grandes diversidades e desigualdades, em seus aspectos naturais, culturais e sociais”*.

E ainda antes, na introdução do relatório, já está dito que a adolescência é um momento especial de desenvolvimento, de grandes transformações, que tem necessidades e direitos específicos, que devem ser garantidos através de políticas públicas. O acento sobre as noções de **desenvolvimento e preparação** é constante, evidenciando que estes são os termos-chave para a compreensão da condição adolescente, que contém fortemente a idéia de preparação para a inserção futura, embora também envolva a dimensão da participação e cidadania ativa: ainda na introdução, o último parágrafo é para anotar que os adolescentes *“devem ser apoiados em suas capacidades de sujeito transformador e de promotor de mudanças construtivas”*.

As necessidades e direitos que definem essa condição são, portanto, aquelas que permitem aos adolescentes irem se desenvolvendo, se preparando para se tornar e atuar como adultos: a educação, tanto a básica como a profissional (mas não o exercício do trabalho, apenas como aprendizagem); a formação de valores e a socialização, compreendidas como elementos do desenvolvimento integral; o direito à cultura, ao esporte e ao lazer; a promoção da saúde, que envolve a iniciação e o desenvolvimento da sexualidade, evitando riscos que comprometam a saúde e a vida (como as DSTs, a aids e a drogadição) e a interrupção prematura deste processo de desenvolvimento (com a gravidez precoce.); o direito à segurança, valorizando a vida e evitando o envolvimento em situações de

violência; e o direito à justiça nas mais distintas dimensões, inclusive a retaguarda de um sistema especial em caso de infração e conflito com a lei.

É clara a centralidade da educação (e da escola) para o desenvolvimento integral dos adolescentes, mesmo com a ressalva de que as políticas de educação não se esgotam na escolarização pura e simples: *“associar a questão do conhecimento às demais experiências da vida é um importante desafio a ser enfrentado. Nessa perspectiva as políticas de educação não podem continuar centradas na escolarização pura e simples. A educação dos mais de 21 milhões de adolescentes brasileiros é, sem dúvida, o maior desafio das políticas sociais do País neste início de milênio. Entretanto, este desafio precisa ser enfrentado por um trabalho conjunto entre a escola, a família, comunidade, ONGs, e demais instituições responsáveis pela proteção à infância e adolescência”* (p. 24).

O esporte, a cultura e o lazer também são afirmados como dimensões importantes para o desenvolvimento integral do adolescente, principalmente na sua dimensão formativa: *“outros espaços de aprendizagem têm importância crucial na adolescência. As atividades culturais, juntamente com o esporte e lazer, além de sua conhecida função no chamado desenvolvimento psicomotor, têm servido como estratégia de desenvolvimento pessoal, de socialização e de prevenção da violência. Além disso, a inclusão de adolescentes nessas atividades é o ponto de partida para a melhoria da auto-estima, do auto-conhecimento e da auto-proteção”* (p. 68).

Assim definidos os direitos da adolescência, os diagnósticos visam localizar as dificuldades destes se fazerem valer, o que representa, para os indivíduos e suas coletividades, a impossibilidade de viver a condição preconizada. Como assinala o mesmo relatório, há no Brasil um *“significativo contingente de adolescentes que, pelas condições de pobreza de suas famílias, fica impedido de viver esta etapa preparatória, sendo obrigado a uma inserção formal no mercado de trabalho, formal ou informalmente”* (p. 9).

Neste sentido, há um destaque especial para os adolescentes em situação de risco, representada pela exploração do trabalho infantil, pela exploração sexual, pelo

uso abusivo de drogas, pela situação de rua e pela gravidez precoce, sendo que este último é o tema mais desenvolvido nesta parte do documento.

O documento afirma a necessidade de *“formulação e implementação de políticas públicas que contemplem os adolescentes, de maneira adequada, em suas necessidades específicas, que garantam seus direitos e, fundamentalmente, sua participação tanto no desenho quanto na efetivação destas políticas”*; e conhecer mais e melhor sua realidade se coloca como uma parte fundamental deste processo de formulação. Uma das ferramentas construídas para isso, apresentada no referido Relatório, é a definição de indicadores que visam identificar a ocorrência de impedimentos ou interrupções desses direitos e oportunidades, para localizar situações de exclusão ou vulnerabilidade entre os adolescentes; para designar segmentos que devem ser focados como público alvo de ações prioritárias, assim como para identificar a posição dos municípios brasileiros com relação à situação da infância e adolescência no contexto estadual e nacional.

Estes indicadores são percentuais de adolescentes que estão sendo adequadamente atendidos nos serviços essenciais relativos a estes processos fundamentais de desenvolvimento, principalmente no que diz respeito ao direito à educação: as tabelas apresentam colunas com percentual de adolescentes matriculados na escola, de matriculados no Ensino Médio, de concluintes do Ensino Fundamental; e, por outro lado, os dados que indicam privações de direitos, sendo que o principal indicador é o percentual de adolescentes analfabetos⁹; os outros indicadores são o percentual de gestantes adolescentes e o número de óbitos por causas externas; faz parte da tabela também o percentual de adolescentes eleitores.

Dos diversos instrumentos de análise e do debate desenvolvido com vários atores em torno dos dados, o UNICEF chegou à identificação de uma situação considerada a mais urgente de ser enfrentada neste grupo populacional: a de oito milhões de adolescentes de baixa renda e baixa escolaridade, a maior parte obrigada à inserção precoce e precária no mercado de trabalho, com decorrente exposição a situações de violência e riscos à saúde; situação que os condena à exclusão e faz perpetuar o ciclo de reprodução da pobreza. Este foi considerado

9 A nota técnica esclarece: adotou-se como critério para o ranking dos municípios o percentual de adolescentes analfabetos, por considerá-lo um dado que revela uma situação grave de restrição de direitos e oportunidades aos adolescentes, ao mesmo tempo que expressa a limitação do alcance de outros indicadores relativos, principalmente, à educação.

o foco central a ser tomado como alvo para uma ação concertada no sentido da formulação e execução de políticas para adolescentes¹⁰.

b) A noção de juventude construída pelo Projeto Juventude

Com relação à **juventude**, o debate é mais recente e menos estabelecido. Toma corpo a afirmação de necessidades de políticas públicas para o segmento, mas ainda há muita indefinição e parcos diagnósticos, assim como insuficiente discussão para chegar a uma noção compartilhada sobre a condição juvenil e as necessidades e direitos dela decorrentes.

Uma das posições que busca estabelecer alguns parâmetros nesta direção foi desenvolvida pelo Projeto Juventude. A definição que consta em seu Documento de Conclusão pode nos ajudar a clarear as aproximações e diferenças da juventude com relação àquela já apresentada sobre adolescência:

*“(...) trata-se de uma **fase marcada centralmente por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diversas esferas da vida.***

Essa fase do ciclo de vida não pode mais ser considerada, como em outros tempos, uma breve passagem da infância para a maturidade, de isolamento e suspensão da vida social, com a “tarefa” quase exclusiva de preparação para a vida adulta. Esse período se alongou e se transformou, ganhando maior complexidade e significação social, trazendo novas questões para as quais a sociedade ainda não tem respostas integralmente formuladas¹¹.

Tal prolongamento se deve, em parte, à necessidade de estender o tempo de formação, de escolaridade e de capacitação profissional, mas também às dificuldades de inserção que

caracterizam, hoje, o tornar-se adulto. Além disso, as experiências das gerações juvenis anteriores ampliaram a vivência dos jovens com dimensões mais participativas, experimentais e autônomas no campo do lazer, da cultura, da sexualidade e da sociabilidade. A condição juvenil se desenvolve em múltiplas dimensões. Os jovens são sujeitos com necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação a outros segmentos etários. Requerem estruturas de suporte adequadas para desenvolver sua formação integral e também para processar suas buscas, para construir seus projetos e ampliar sua inserção na vida social. Os processos constitutivos da condição juvenil se fazem de modo diferenciado segundo as desigualdades de classe, renda familiar, região do País, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, de etnia, gênero etc. Em função dessas diferenças, os recursos disponíveis resultam em chances muito distintas de desenvolvimento e inserção.”
(p. 10-11)

Nota-se que aqui, além da dimensão de desenvolvimento e preparação, são acentuadas as noções de **experimentação** e **inserção** na vida social. Talvez resida aqui a marca diferencial deste período em relação ao precedente, da adolescência: representa um momento distinto do processo de transição para a vida adulta, mais próximo dos âmbitos de circulação e atuação dos adultos, onde a inserção em diversas esferas da vida social toma um relevo maior, embora vivenciada de um modo singular.

Alguns dados relativos ao perfil e situações de vida destes diferentes segmentos podem ajudar a localizar as diferenças que embasam a percepção da singularidade da juventude para este ator (Projeto Juventude).¹²

10 Foi com este objetivo que o Unicef articulou o Grupo Técnico para Elaboração de Propostas de Políticas para Adolescentes de Baixa Escolaridade e Baixa Renda, cujas propostas estão sistematizadas na publicação *Adolescência, escolaridade, profissionalização e renda*. (2002).

11 E mais adiante se acrescenta: A condição juvenil não pode mais ser compreendida como apenas uma fase de preparação para a vida adulta, embora envolva processos fundamentais de formação.

12 A exposição que se segue está baseada nos dados produzidos pela pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, desenvolvida no interior do Projeto Juventude, realizada pela Criterium, que foram os dados usados para fundamentar sua proposição de diretrizes para políticas públicas para jovens. Foram entrevistados cerca de 3.600 jovens entre 15 e 24 anos, em todo o território nacional, no meio urbano e rural, em pequenas, médias e grandes cidades; o campo foi feito em novembro de 2003. Um conjunto de análises dos dados, desenvolvidas por diferentes autores, está organizado em uma publicação intitulada Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional, lançada no início de 2005 pela editora Fundação Perseu Abramo.

Vamos aqui nos ater apenas a certos dados que se referem ou aos processos classicamente definidos como marcos da transição para a vida adulta ou, na contrapartida, como constitutivos da condição juvenil.¹³

Tomados no seu conjunto (amostra de 15 a 24 anos), a grande maioria dos jovens brasileiros são solteiros (80%). Esta situação, contudo, se diferencia muito segundo a idade e o gênero: o grupo mais velho (de 21 a 24 anos) concentra a maioria dos casados (39% deles o são), enquanto entre os adolescentes (com idades entre 15 e 17 anos) o casamento ocorre para 5%. Em todas as faixas etárias internas ao universo pesquisado as mulheres são, em maior proporção que os homens, casadas. Se tomarmos as duas pontas destas duas variáveis, podemos ter um bom exemplo destas diferenças: enquanto a situação de casados é residual (1%) para os rapazes adolescentes, já é realidade para exatamente metade (50%) das moças de 21 a 24 anos.

Também um pouco mais de 1/5 dos jovens entrevistados já vive a condição de maternidade/paternidade – outro dado que varia muito em função da idade e gênero: enquanto apenas 4% dos adolescentes (7% das moças e 1% dos rapazes) têm filhos, 41% daqueles com mais de 20 anos já os têm, proporção puxada pelas mulheres que, nesta faixa etária, já na sua maioria (55%) são mães.

Podemos dizer, assim, que os processos de separação da família de origem e constituição de novo núcleo familiar, com a chegada de filhos, ocorrem, de forma geral, para além do período considerado; e quando dentro deste, na sua grande maioria, na segunda fase (21 a 24 anos); para os adolescentes (15 a 17 anos), a ocorrência desses processos constitui quase exceção, o que nos indica a grande diferença de significados que assumem estes dois períodos dentro da etapa juvenil.

Embora a maior parte dos jovens viva com a família de origem e dependa dela tanto material como emocionalmente, a situação de autonomia e independência relativas no interior da família muda grandemente conforme as faixas etárias: os adolescentes (de 15 a 17 anos) as têm em muito menor grau que os mais velhos.

O documento do Projeto Juventude chama a atenção para o fato de que *“no processo de construção de autonomia e individualização frente à família, além da con-*

quista de independência econômica, o jovem busca um progressivo desligamento da autoridade dos pais, estabelecendo confronto entre valores e idéias a partir de novas fontes de referência, até chegar a um modo próprio de ser e de enxergar o mundo”. Com base nisso, o documento alerta para o fato de que se, nas ações para a infância e adolescência, cada vez mais se compreende que a família deve ser o alvo central, no caso dos jovens *“torna-se importante uma reflexão mais profunda e atualizada com vistas a definir por que, quando e como ações voltadas para os jovens devem – ou não – se ancorar no núcleo familiar”*.

Já a situação de estudo e trabalho revela outras diferenças: a condição de estudante é realidade para 64% dos jovens da amostra, mas varia muito segundo a idade: vale para a grande maioria dos adolescentes de 15 a 17 anos (cerca de 90%), mas para menos da metade (43%) dos jovens que têm entre 21 e 24 anos.

A relação com o mundo do trabalho, no conjunto, supera a relação com a escola: três quartos dos jovens da amostra estão na PEA (População Economicamente Ativa), trabalhando (42%) ou em busca do trabalho (9% procurando o primeiro emprego, 38% já desempregado). Assim como a condição de escolaridade, há uma grande variação com a idade. Entre os adolescentes, pode-se dizer que o universo se divide em dois com relação ao mercado de trabalho: 48% ainda não estão na PEA. Na faixa etária intermediária, a proporção dos que estão na PEA sobe para 81%; já para o grupo de 21 a 24 anos, é apenas uma minoria que se encontra ainda fora: 8%.

Em resumo, pode-se dizer que, entre os adolescentes, o estudo aparece como atividade dominante, presente para a quase totalidade deles: ganham relevo aqui, principalmente para os pertencentes às famílias de renda mais baixa, questões como a da qualidade do ensino recebido, a do ritmo e sentido da formação e a do acesso aos níveis superiores de ensino. O trabalho, como atividade ou como aspiração, é uma realidade para metade deste grupo etário, mas normalmente em condições terrivelmente precárias, o que reforça a preocupação existente com o dano que tal experiência pode causar no desenvolvimento e trajetória futura dos jovens que assim vivem esta experiência.

13 Estas considerações foram retiradas do artigo de Helena Abramo para a publicação citada acima.

Entre os jovens com mais de vinte anos, é o trabalho que ocupa a maior parcela (mais de 90%, se somados os que estão trabalhando com os que estão em busca de trabalho), enquanto o estudo é usufruído por cerca de metade do grupo etário. O trabalho, portanto, já não aparece como exógeno, resíduo ou projeto futuro; o desemprego é que se coloca como drama. As grandes desigualdades de renda ou classe também não se manifestam, como parecia indicar o senso comum, pela necessidade de entrar ou não no mundo do trabalho, mas pelas chances de encontrar emprego e o tipo de trabalho encontrado.

Uma das decorrências desta diferenciação é que, se a escola pode ser considerada, ao lado da família, a principal instituição onde se desenvolve a vida dos adolescentes, e lócus privilegiado da relação dos demais agentes sociais com eles, para os jovens com mais de 18 anos é necessário assumir que outros espaços de circulação e desempenho de funções também assumem dimensões relevantes.

O tema do trabalho talvez seja um dos mais evidentes na diferenciação das condições entre as duas fases da condição juvenil: se para os adolescentes o trabalho aparece como dano ao processo de desenvolvimento e deve ser combatido, ou postergado, para os jovens de mais de 20 anos se faz necessária uma abordagem diferenciada. Embora não tenha se produzido um consenso sobre este tema nos debates do Projeto Juventude, o seu documento final afirma explicitamente tal diferenciação de abordagem: como recomendação de políticas na área de trabalho, os dois primeiros itens são justamente: **“combater e erradicar todas as formas de trabalho infantil e de adolescentes até os 16 anos”**, e **“assegurar o direito ao trabalho de adolescentes e jovens a partir dos 16 anos, ressalvadas as especificidades da condição juvenil”**.

Ainda neste tema, o Projeto traz uma série de postulações normalmente ausentes da discussão: a da necessidade de controle e fiscalização da jornada, salários e condições de trabalho dos jovens de forma a permitir a real combinação entre trabalho e formação escolar e/ou profissional.

Com relação aos temas da cultura, esporte e lazer, a grande diferença que aparece nas análises e postulações, com relação aos parâmetros estabelecidos sobre a adolescência, é que nesta fase da juventude as práticas e, portanto as demandas, se fazem com muito menos controle dos pais ou educadores, com muito maior circulação em espaços públicos e não institucionalizados, com menor demanda sobre as dimensões formativas e maior acento na organização autônoma e na dimensão expressiva e

de produção de interferências sobre a vida social. Neste sentido, ganham relevo as proposições sobre equipamentos e estruturas de suporte que garantam o acesso a essas práticas, não necessariamente vinculados ao universo da escola ou outros espaços de formação.

O Projeto Juventude teve a perspectiva de elaborar um marco de referência para *“trazer o tema juventude para o primeiro plano da agenda nacional”*. Seu Documento de Conclusão procura trazer, desse modo, um conjunto de diretrizes e propostas, a partir dos diagnósticos e debates realizados, que avancem na proposição de *“políticas específicas, articuladas e transversais, coordenadas por uma instância gestora do poder público, envolvendo a ação de diferentes setores da sociedade, governamentais e não-governamentais”* (p. 17). Traz, nesse sentido, uma série de avaliações, recomendações e propostas relativas a mais de 20 temas, na perspectiva de abarcar a multiplicidade de questões e situações que compõem a vida juvenil. Não estabelece índices de identificação de setores vulneráveis nem elege um setor que deva concentrar a atenção ou esforço das ações; mas afirma que *“todos os jovens brasileiros devem ser potencialmente beneficiários das políticas públicas de juventude”, através da combinação de políticas universais com ações focalizadas para segmentos mais vulneráveis* (p.19).

4. Provocações para o debate

Pode-se dizer que, neste campo de debate recentemente constituído no Brasil (citado no item 3), esboçam-se alguns consensos e anunciam-se algumas questões polêmicas, a respeito de como tomar o jovem como sujeito de direitos e foco da ação pública.

Em primeiro lugar, afirma-se a necessidade de tomar como ponto de partida a especificidade da condição juvenil frente a outros momentos do ciclo de vida, levando em conta a dupla dimensão que a compõe, como afirma Oscar Dávila no texto precedente: *“no período juvenil têm plena vigência todas as necessidades humanas básicas e outras específicas, motivo pelo qual se faz necessário reconhecer tanto a realidade presente dos jovens como sua condição de sujeitos em preparação para o futuro”*.

Nesta perspectiva, o importante, como tarefa conceitual, é a de definir o que constitui a condição

juvenil nesta conjuntura histórica da nossa sociedade, o que a singulariza, quais são os elementos que a constituem e quais são os desafios postos; e a tarefa política é a de definir que direitos garantem a vivência dessa condição de uma forma digna e satisfatória, que sinalizem políticas que objetivem, universalmente, o cumprimento desses direitos.

É importante assinalar também que essas duas tarefas, conceitual e política, se conectam, que uma deve alimentar a outra, no sentido de que é necessário levar em conta e ajudar a consolidar uma definição social do que é “viver a juventude” e quais são os processos e elementos que devem ser assegurados para essa vivência. Essa tarefa se coloca como necessidade hoje porque essa definição social (e sua tradução nos termos da política) está em questão, uma vez que a “condição juvenil” sofreu uma profunda transformação nas últimas décadas, assim como se transformaram as representações sociais a seu respeito.

É preciso, portanto, considerar que esta geração de jovens vive uma situação historicamente singular, comportando questões novas, que exigem reequacionamentos tanto nas definições conceituais como na formulação das ações e políticas a eles dirigidas. As mudanças do período histórico recente produzem, além da extensão temporal do período juvenil, que o transforma numa etapa do ciclo de vida longa a ponto de comportar fases internas distintas, mudanças de conteúdo da condição juvenil.

Com base nisso, assinalamos a seguir alguns dos pontos que nos parecem relevantes para fazer avançar o debate atual.

- 1 Cresce a percepção da ocorrência de elementos e processos distintos entre uma ponta e outra dessa longa etapa de transição (como buscamos demonstrar ao longo de todo o texto), assim como cresce a percepção da necessidade de formular respostas diferenciadas para as questões que emergem desses processos. Cabe, neste sentido, a pergunta sobre o que mais contribui para avançar o atendimento dos direitos dos sujeitos nestas distintas situações: tomá-los como públicos distintos (adolescentes de um lado, jovens do outro), com ações e instituições para seu desenvolvimento diferenciadas; ou tomá-los como setores específicos de um mesmo conjunto, engendrando ações e mecanismos institucionais que contemplem tais diversidades a partir das mesmas diretrizes?
- 2 Se há uma percepção generalizada da ocorrência de mudanças na condição juvenil, há diferenças de inter-

pretação e polêmicas quanto ao seu conteúdo, principalmente no que diz respeito ao caráter e peso da “moratória”, central na definição social da juventude imperante até então, entendida como “tempo de espera antes de assumir papéis e responsabilidades adultas”.

A questão que se coloca é se essas mudanças significam centralmente um retardamento da entrada na vida adulta (do término da formação escolar, da entrada no mercado de trabalho, da saída da casa dos pais, da independência financeira, da maternidade e paternidade) ou um tipo específico de vivência de esferas antes consideradas características dos adultos, numa chave singular, experimental, onde o prolongamento da etapa juvenil se dá menos pela postergação do que por inserções e desempenhos relativos e intermitentes nessas esferas.

Os dados analisados no Brasil nos levam a constatar que hoje, embora cresça cada vez mais a importância da formação (e o tempo necessário para chegar aos níveis socialmente significativos) – o que implica que cada vez mais jovens estudem, e por mais tempo - crescem também, em termos de práticas e significação social, outras dimensões de vivência e participação, como a sexualidade, a cultura, o trabalho, a interferência na comunidade etc.

3 Como demonstra o texto precedente, de Oscar Dávila, o debate acadêmico recente aponta também os elementos que indicam as mudanças nas condições, nos modelos e processos de entrada na vida adulta, que deixam de ser lineares, e resultam em trajetórias múltiplas, despadronizadas, apresentando características labirínticas e reversíveis (apeladas de “trajetórias io-iô” por Machado Pais).

A questão que pode ser colocada aqui é: se as trajetórias são hoje múltiplas, sem um padrão e sem eixo exclusivo, até que ponto a dedicação exclusiva à formação e a postergação da entrada no mundo do trabalho podem ser tomadas como o padrão desejável de vivência juvenil, a partir do qual se medem as carências, desvios e desigualdades?

4 A partir destas considerações, torna-se imprescindível levar em conta a complexidade da condição juvenil (as múltiplas dimensões que compõem sua vida), superando a tese de que há uma dimensão exclusiva ou suficiente. O que implica a dificuldade de eleger apenas um tema, uma diretriz, uma política ou um programa para os jovens, pois não há um único eixo que possa ser apontado como aquele que dá, centralmente, conta da questão da juventude.

Neste sentido, é importante assinalar que, para atingir a integralidade das questões dos jovens, a alternativa não é ter um programa, ou uma instituição, que responda a tudo, mas um conjunto de ações que possam, articuladamente, cobrir as múltiplas dimensões de suas vidas.

5) O abandono da idéia de um padrão único de trajetória de transição para a vida adulta, e de vivência da condição juvenil, faz aumentar a percepção da heterogeneidade das situações - e das desigualdades - que atravessam essa condição que, por isso mesmo (por se alargar, no seu conteúdo e comportar várias dimensões, sem que uma delas se imponha como exclusiva) se afirma como geral: todos os jovens do país cabem na categoria, e a todos eles têm que ser garantidos os direitos fundamentais referentes a essa condição.

A diversidade de situações aponta para o fato de que a garantia desses direitos deve ser efetivada através de estruturas de apoio, serviços e programas que levem em conta essas diferenças, para poder atingir igualmente todos os jovens; ademais, devem implicar ações de correção das desigualdades, através de ações afirmativas de garantia do acesso aos direitos universais.

Isso significa a necessidade de oferecer sempre um leque de diretrizes e ações visando à garantia de cada direito, uma vez que as situações e as trajetórias são múltiplas, e as possibilidades e condições para acessar essas ações e serviços são diferentes e desiguais.

6) Há uma tendência, portanto, a considerar que, além dos direitos relativos à **formação**/preparação para a vida adulta futura (que devem ser afirmados como fundamentais, assim como a necessidade de seu cumprimento sempre reforçada), é necessário afirmar os direitos dos jovens à **inserção** (que não precisa ser interpretada como acomodação às condições e padrões existentes, podendo envolver uma relação de criação e transformação na relação com o mundo social) e à **participação** (entendida de forma ampla, de vivência e interferência na vida social, produtiva, cultural, além da esfera propriamente política). Podemos citar alguns exemplos:

O tema do trabalho é um deles. Trata-se de ir além do direito à formação e qualificação profissional e pensar de que forma cabe falar em direito ao trabalho (e, portanto, de ações de suporte para esta inserção), e ao trabalho decente¹⁴, através do controle das condições

de trabalho dos jovens. Este, aliás, é um dos temas em que parece mais necessário oferecer diferentes possibilidades: não se trata nem de exigir, nem de negar a inserção laboral para todos os jovens, mas de oferecer diferentes possibilidades nessa trajetória de inserção.

Para afirmar o direito dos jovens à aquisição de autonomia e o desenvolvimento do processo de independência, torna-se necessário rever a postulação da família como foco central das políticas, afirmada no caso dos adolescentes. Isso implica, por exemplo, que as ações de transferência de renda e mecanismos de apoio como bolsas tenham como beneficiários os próprios jovens, em vez de seus pais.

Com relação a ações no campo da cultura, esporte e lazer, por exemplo, é importante mudar a lógica da relação estabelecida com o espaço público, buscando ações que garantam o uso e apropriação do espaço público pelos jovens, como fundamental para suas vivências, para sua sociabilidade, expressão e participação. Isso se diferencia da oferta de equipamentos de proteção e contenção que têm o objetivo de retirar o adolescente do espaço público - pelo potencial de perigo a que os adolescentes aí ficam expostos.

7) Coloca-se também, a necessidade de reequacionar as noções de vulnerabilidade e definir novos indicadores para analisar a situação dos jovens, a partir da percepção de como se concretizam, nessa fase da vida, os direitos fundamentais e quais os elementos de impedimento da sua garantia. Por exemplo, a “gravidez precoce”, índice importante na definição da vulnerabilidade das adolescentes, não pode ser transferida automaticamente para análise da situação dos jovens: até que ponto a maternidade entre 20 e 24 anos pode ser interpretada como precoce, num país onde a concentração da fecundidade feminina é máxima justamente nesta faixa de idade?

Estas são algumas das questões que já vêm sendo esboçadas, mas ainda não explicitadas e enfrentadas. Nossa intenção é que este texto possa cumprir um papel de estimulador do debate, que precisa ser alimentado com o acréscimo de pesquisas, análises, construção e confronto de interpretações e argumentos, para avançar na consolidação da afirmação dos jovens como sujeitos de direitos e na formulação de diretrizes que os assegurem.

14 Tal como defendido pela OIT

Bibliografía

- ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil en Colombia. Davila, O. (ed.) *Políticas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar, CIDPA, 2003.
- ABDALA, Ernesto (2001): *Un análisis acerca de los jóvenes que no trabajan ni estudian*. Montevideo: Administración Nacional de Educación Pública.
- ABRAMO, Helena W. (1994): *Cenas juvenis*. São Paulo: Scritta.
- A tematização social da juventude. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6. São Paulo, ANPED, 1997.
- Juventude. In: Bittar (org). *Governos estaduais: avanços e desafios*. São Paulo, Editora da FPA, 2003.
- ALLERBECK, Klaus y Leopold Rosenmayr (1979): *Introducción a la sociología de la juventud*. Buenos Aires: Editorial Kapelusz.
- ALPÍZAR, Lydia y Marina Bernal (2003): "La construcción social de las juventudes". *Última Década* N°19. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- BANGO, Julio (1997): *Las políticas de juventud al final de milenio*. Madrid, OIJ.
- BAJOIT, Guy (2003): *Todo cambia. Análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas*. Santiago: LOM Ediciones.
- BARROS, Paula (1997): "Exclusión social y ciudadanía". En: *Lecturas sobre la exclusión social*. Equipo Técnico Multidisciplinario N°31. Santiago: OIT.
- BAUMAN, Zygmunt (2002): *Modernidad líquida*. Buenos Aires: FCE.
- BECK, Ulrich (1998): *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós.
- BELLEÍ, Cristián y Flavia Fiabane (editores) (2003): *12 años de escolaridad obligatoria*. Santiago: LOM Ediciones.
- BENDIT, René (2000): "Adolescencia y participación: una visión panorámica en los países de la Unión Europea". *Anuario de Psicología*, Vol. 31, N°2. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- (1998): "Juventud y políticas de juventud entre la sociedad civil y el Estado: la problemática de las estructuras adecuadas". En PETER HÜNERMANN Y MARGIT ECKHOLT (editores): *La juventud latinoamericana en los procesos de globalización. Opción por los jóvenes*. Buenos Aires: ICALA, FLACSO Y EUDEBA.
- y DERMOT STOKES (2004): "Jóvenes en situación de desventaja social: políticas de transición entre la construcción social y las necesidades de una juventud vulnerable". *Revista de Estudios de Juventud* N°65. Madrid: INJUVE.
- BERNALES, Josep (2002): "Políticas de juventud y nueva condición juvenil". *Revista de Estudios de Juventud* N°59. Madrid: INJUVE.
- BEYER, Harald (2000): "Educación y desigualdad de ingresos: una nueva mirada". *Estudios Públicos* N°82. Santiago: CEP.
- BIGGART, Andy et al. (2002): "'Trayectorias fallidas', entre estandarización y flexibilidad en Gran Bretaña, Italia y Alemania Occidental". *Revista de Estudios de Juventud* N°56. Madrid: INJUVE.
- BOURDIEU, Pierre (2000): *Cuestiones de sociología*. Madrid: Istmo.
- A juventude é apenas uma palavra. In *Questões de sociologia*, Rio de Janeiro, marco Zero, 1983.
- (1979): "Los tres estados del capital cultural". *Sociológica*, 2:5. México: UAM.
- (1988): *La distinción*. Madrid: Taurus.
- (1998): *Capital cultural, escuela y espacio social*. México: Siglo XXI.
- (1999): *La miseria del mundo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- y JEAN-CLAUDE PASSERON (2003): *Los herederos. Los estudiantes y la cultura*. Buenos Aires: Siglo XXI
- BRITO LEMUS, Roberto (2002): "Identidades juveniles y praxis divergentes: acerca de la conceptualización de juventud". En ALFREDO NATERAS (coordinador): *Jóvenes, culturas e identidades urbanas. México: UAM*.
- (1996): "Hacia una sociología de la juventud". *JOVENES, Revista de Estudios Sobre Juventud* N°1. México: IMJ.
- BRUNNER, José Joaquín (1997): "Los cambios en la cultura y la civilización emergente". *Revista Universum* N°12. Talca: Universidad de Talca.
- BVUA (2004): "Lección 11: estilos de vida". Biblioteca Virtual Universidad de Alicante, Departamento de Sociología y Teoría de la Educación.
- CACHÓN, Lorenzo (2004): "Las políticas de transición: estrategia de actores y políticas de empleo juvenil en Europa". *Revista de Estudios de Juventud* N°65. Madrid: INJUVE.
- (2002): "Las políticas de transición, entre las biografías individuales y los mercados de trabajo. Estrategia de los actores, lógicas y políticas de empleo juvenil en Europa". Ponencia presentada en la Conferencia Europea para Investigadores y Técnicos "Jóvenes y políticas de transición en Europa". INJUVE, Madrid, 6 al 8 de junio.
- CALAZANS, Gabriela. 2000. *O discurso acadêmico sobre gravidez na adolescência: uma produção ideológica?* Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- CALLEGARIS, Contardo. A Adolescência. São Paulo, Publifolha (Coleção Folha explica), 2000.
- CAMARANO, Ana Amélia et al. (2003). *A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios*. Rio de Janeiro, IPEA, 2003. (Conjuntura e Análise, 21).
- CAMARANO, Ana Amélia et al. (2004): "Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros". *Texto para Discussão N°1038. Rio de Janeiro: IPEA*.
- CARIOLA, Leonor (1989): "Alumno, familia y liceo, ¿confabulación para un menor aprendizaje?" En JUAN EDUARDO GARCÍA-HUIDOBRO (editor): *Escuela, calidad e igualdad. Los desafíos para educar en democracia*. Santiago: CIDE.

- CASAL, Joaquim (2002): "TVA y políticas públicas sobre juventud". *Revista de Estudios de Juventud* N°59. Madrid: INJUVE.
- (1999): "Juventud, transición y políticas sociales". En: *La nueva condición juvenil y las políticas de juventud*. Barcelona: Diputación de Barcelona.
- , JOSEP MASJOAN y JORDI PLANAS (1988): "Elementos para un análisis sociológico de la transición a la vida adulta". *Política y Sociedad* N°1. Madrid: UCM.
- CASANOVAS, Jordi et al. (2002): "Razones y tópicos de las políticas de juventud". *Revista de Estudios de Juventud* N°59. Madrid: INJUVE.
- CASTELLS, Manuel (2001a): *La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Volumen I: La sociedad red*. México: Siglo XXI.
- (2000b): *Juventud, población y desarrollo en América Latina y el Caribe: problemas, oportunidades y desafíos*. Santiago: CEPAL.
- (2001b): *La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Volumen II: El poder de la identidad*. México: Siglo XXI.
- CASTRO SILVA, Eduardo (1992): "La educación media y los retos de la modernidad". *Documento de Trabajo* N°56. Santiago: Corporación de Promoción Universitaria.
- CEPAL (2000a): "Adolescencia y juventud en América Latina y el Caribe: problemas, oportunidades y desafíos en el comienzo de un nuevo siglo". *Serie Población y Desarrollo* N°9. Santiago: CEPAL.
- (2000b): *Juventud, población y desarrollo en América Latina y el Caribe: problemas, oportunidades y desafíos*. Santiago: CEPAL.
- y OIJ (2004): *La juventud en iberoamérica. Tendencias y urgencias*. Santiago: CEPAL y OIJ.
- , UNICEF y SECIB (2001): *Construir equidad desde la infancia y la adolescencia en Iberoamérica*. Santiago: CEPAL, UNICEF, SECIB.
- CERRI, Marianela (1989): "Rendimiento escolar y trabajo remunerado en alumnos de enseñanza básica y media". En JUAN EDUARDO GARCÍA-HUIDOBRO (editor): *Escuela, calidad e igualdad. Los desafíos para educar en democracia*. Santiago: CIDE.
- CONSEJO NACIONAL DE LA POLÍTICA PÚBLICA DE LA PERSONA JOVEN (2004): *Política pública de la persona joven. San José de Costa Rica: CPJ*.
- CONSEJO NACIONAL DE TELEVISIÓN (2004): "Zoom tweens: tres estudios cualitativos". Santiago: CNTV.
- DÁVILA LEÓN, Oscar (2002): "Biografías y trayectorias juveniles". *Última Década* N°17. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- (2001): "¿La década perdida en política de juventud en Chile; o la década del aprendizaje doloroso? Hacia una política pública de juventud". *Última Década* N°14. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- et al. (2004): *Capital social juvenil*. Viña del Mar: INJUV y Ediciones CIDPA.
- DE LAIRE, Fernando (2001): "¿Identidad juvenil? La insoportable levedad del ser. (Aportes para renovar el marco teórico de los estudios sobre juventud)". *Persona y Sociedad* N°15. Santiago: ILADES.
- DE LOS RÍOS, Danae (1997): "Exclusión social y políticas sociales: Una mirada analítica". En: *Lecturas sobre la exclusión social*. Equipo Técnico Multidisciplinario N°31. Santiago: OIT.
- DE MIGUEL, Amando (2000): *Dos generaciones de jóvenes, 1960-1998*. Madrid: INJUVE.
- DELVAL, Juan (1998): *El desarrollo humano*. Madrid: Siglo XXI.
- DU BOIS-REYMOND, Manuela et al. (2002): "Transiciones modernizadas y políticas de desventaja: Países Bajos, Portugal, Irlanda y jóvenes inmigrantes en Alemania". *Revista de Estudios de Juventud* N°56. Madrid: INJUVE.
- y ANDREU LÓPEZ BLASCO (2004): "Transiciones tipo yo-yo y trayectorias fallidas: hacia las políticas integradas de transición para los jóvenes europeos". *Revista de Estudios de Juventud* N°65. Madrid: INJUVE.
- DUARTE, Claudio (2002): "Mundos jóvenes, mundos adultos: lo generacional y la reconstrucción de los puentes rotos en el liceo. Una mirada desde la convivencia escolar". *Última Década* N°16. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- ERIKSON, Erik H. (1993): *Sociedad y adolescencia*. México: Siglo XXI (14ª edición).
- *Identidade, Juventude e crise*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- ESPINOZA, Vicente et al. (2000): "Ciudadanía y juventud. Análisis de los perfiles de oferta y demanda de las políticas sociales ante la nueva realidad juvenil". Santiago: USACH.
- FEIXA, Carles (1999): *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Ariel.
- FLORENZANO, Ramón (1997): *El adolescente y sus conductas de riesgo*. Santiago: PUC.
- FORACCHI, Marialice – *A Juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Pioneira, 1971
- FOSIS (2002): "Nuevas realidades y paradigmas en la exclusión juvenil". Santiago: FOSIS.
- FRAZAO LINHARES, Célia (1996): "La reinención de la juventud". *Nueva Sociedad* N°146. Caracas: Editorial Nueva Sociedad.
- FRIGOTO, Guadêncio. 2004 – in Novaes, R. e Vannuchi, P.(orgs) – *Juventude e sociedade*. São Paulo, FPA, 2004.
- GHIARDO, Felipe (2004): "Generaciones y juventud: una relectura desde Mannheim y Ortega y Gasset". *Última Década* N°20. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- GIDDENS, Anthony (1996): *Modernidad y autoidentidad*. Barcelona: Anthropos.
- GIROUX, Henry (1996): "Educación posmoderna y generación juvenil". *Nueva Sociedad* N°146. Caracas: Editorial Nueva Sociedad.
- GONZÁLEZ Anleo, J. (2001): "La construcción de la identidad de los jóvenes". *Documentación Social* N°124.
- GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE POLÍTICAS PARA ADOLESCENTES DE BAIXA ESCOLARIDADE E BAIXA RENDA. *Adolescência, escolaridade, profissionalização e renda*. 2002.
- GTI (1999): *Caracterización y análisis de la política social dirigida a los jóvenes*. Santiago: Grupo de Trabajo Interministerial de Juventud.
- GURRIERI, Adolfo y Edelberto Torres-Rivas (1971): "Situación de la juventud dentro del complejo económico-social de América Latina". En ADOLFO GURRIERI et al.: *Estudios sobre la juventud marginal latinoamericana*. Santiago: Siglo XXI.

- HALL, Stuart e JEFFERSON, Tony. *Resistence through rituals: youth subcultures in post war Britain*. London, Hutchinson and Co, CCCS, University of Birmingham, 1976.
- HERNÁNDEZ ARISTU, Jesús (2002): "Entre la familia, la formación y el empleo — estructuras de apoyo a las transiciones —". *Revista de Estudios de Juventud* N°56. Madrid: INJUVE.
- INJUV (2004): *Cuarta encuesta nacional de juventud 2003*. Santiago: INJUV.
- (2002): *La eventualidad de la inclusión. Jóvenes chilenos a comienzos del nuevo siglo. Tercera encuesta nacional de juventud*. Santiago: INJUV.
- (1999): *Los jóvenes de los noventa. El rostro de los nuevos ciudadanos. Segunda encuesta nacional de juventud*. Santiago: INJUV.
- INSTITUTO CIDADANIA (2004): *Projeto Juventude. Documento de conclusão. Versão inicial para discussão, complementação e ajustes*. São Paulo: Instituto Cidadania.
- INSTITUTO DE LA JUVENTUD (2000): *Juventud española 2000*. Madrid: INJUVE.
- INSTITUTO MEXICANO DE LA JUVENTUD (2002): *Projuventud. Programa nacional de juventud 2002-2006*. México: IMJ.
- KEHL, Maria Rita. 2004- in Novaes, R. e Vannuchi, P.(orgs) – *Juventude e sociedade*. São Paulo, FPA, 2004.
- LEVI, Giovanni y Jean-Claude Schmitt (editores) (1996a): *Historia de los jóvenes I. De la antigüedad a la edad moderna*. Madrid: Taurus.
- y ----- (editores) (1996b): *Historia de los jóvenes II. La edad contemporánea*. Madrid: Taurus.
- LÓPEZ BLASCO, Andreu (2002): "De los itinerarios lineales a las trayectorias yo-yo". Ponencia presentada en la Conferencia Europea para Investigadores y Técnicos "Jóvenes y políticas de transición en Europa". INJUVE, Madrid, 6 al 8 de junio.
- LUTTE, G. (1991): *Liberar la adolescencia. La psicología de los jóvenes de hoy*. Barcelona: Herder.
- MADEIRA, Felícia Reicher (1998): "Recado dos jovens: mais qualificação". En CNPD: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*, Vol. 2. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.
- MADEIRA, Felícia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, n.58. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, agosto 1986.
- MANNHEIM, K. (1982): "O problema sociológico das gerações". En M. FORACHI: *Mannheim*. São Paulo: Ática.
- MARGULIS, Mario. E Urresti, M. La juventud es más que una palabra. In Margulis, M. *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires, Biblos, 1998.
- MARTÍN CRIADO, Enrique (1998): *Producir la juventud. Crítica de la sociología de la juventud*. Madrid: Istmo.
- MARTÍN SERRANO, Manuel (2002): "La prolongación de la etapa juvenil de la vida y sus efectos en la socialización". *Revista de Estudios de Juventud* N°56. Madrid: INJUVE.
- MARTÍNEZ, Javier y Eduardo Valenzuela (1986): "Juventud chilena y exclusión social". *Revista de la CEPAL* N°29. Santiago: CEPAL.
- MATTERLART, Armand y Michele Matterlart (1970): *Juventud chilena: rebeldía y conformismo*. Santiago: Editorial Universitaria.
- MEAD, Margaret (1995): *Adolescencia y cultura en Samoa*. Barcelona: Paidós.
- MELIS, Fernanda (2002): "Los niños y adolescentes fuera del sistema escolar". Ponencia presentada en el Seminario "12 años de escolaridad: un requisito para la equidad en Chile". Ministerio de Educación, Santiago, 13 y 14 de junio.
- MØRCH, Matilde et al. (2002): "Sistemas educativos en sociedades segmentadas: 'trayectorias fallidas' en Dinamarca, Alemania Oriental y España". *Revista de Estudios de Juventud* N°56. Madrid: INJUVE.
- MØRCH, Sven (1996): "Sobre el desarrollo y los problemas de la juventud, el surgimiento de la juventud como concepción sociohistórica". *JOVENES, Revista de Estudios Sobre Juventud* N°1. México: IMJ.
- MORENO, Amparo y Cristina Del Barrio (2000): *La experiencia adolescente. A la búsqueda de un lugar en el mundo*. Buenos Aires: Editorial Aique.
- MORIN, Edgar. *Culturas de massa no século XX*. Rio de Janeiro, Forense, 1986.
- NOVAES, Regina. *Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos*. Comunicações do ISER, n° 57, ano 21, 2002
- NOVO, Amparo et al. (2003): "Estilos de vida e identidades juveniles". *Revista Ábaco*, Segunda Época, N°37. Barcelona.
- OCHAITA, E. y M. A. Espinosa (2003): *Hacia una teoría de las necesidades de la infancia y la adolescencia*. Madrid: MacGraw Hill.
- OLIVARES, Luz María y Francisco Vicencio (1995): "De los programas de jóvenes a las políticas de juventud". *Última Década* N°3. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- ORTEGA Y GASSET, José (1955): *El tema de nuestro tiempo*. Madrid: Espasa Calpe.
- PAIS, José Machado (2002a): "Laberintos de vida: paro juvenil y rutas de salida (jóvenes portugueses)". *Revista de Estudios de Juventud* N°56. Madrid: INJUVE.
- (2000): "Las transiciones y culturas de la juventud: formas y escenificaciones". *Revista Internacional de Ciencias Sociales* N°164. París: UNESCO.
- (2002b): "Praxes, graffitis, hip-hop. Movimientos y estilos juveniles en Portugal". En CARLES FEIXA et al. (editores): *Movimientos juveniles en la Península Ibérica: graffitis, grifotas, okupas*. Barcelona: Ariel
- y AXEL POHL (2004): "Los dilemas del aprendizaje informal". *Revista de Estudios de Juventud* N°65. Madrid: INJUVE.
- (1990) A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise sociológica*, v.25, 1990.
- PARKER, Cristián (2001): "Capital social y representaciones socioculturales juveniles. Un estudio en jóvenes secundarios chilenos". En JOHN DURSTON y FRANCISCA MIRANDA (compiladores): "Capital social y políticas públicas en Chile. Investigaciones recientes". Volumen II. *Serie Políticas Sociales* N°55. Santiago: CEPAL.

- PÉREZ ISLAS, José Antonio (2002): "Integrados, movilizados, excluidos. Políticas de juventud en América Latina". En CARLES FEIXA et al. (editores): *Movimientos juveniles en América Latina: pachucos, malandros, punketas*. Barcelona: Ariel.
- PNUD (2004): *Informe nacional de desarrollo humano Panamá 2004. De la invisibilidad al protagonismo: la voz de la juventud*. Panamá: PNUD.
- (1998): *Desarrollo humano en Chile 1998. Las paradojas de la modernización*. Santiago: PNUD.
- (2000): *Desarrollo humano en Chile 2000. Más sociedad para gobernar el futuro*. Santiago: PNUD.
- PROGRAMA PRESIDENCIA COLOMBIA JOVEN (2004): *Política nacional de juventud. Bases para el plan decenal de juventud, 2005-2015*. Bogotá: PPCJ.
- REDONDO, Jesús (2000): "La condición juvenil: entre la educación y el empleo". *Última Década* N°12. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- RAE (Real Academia Española) (2005): WWW.RAE.ES.
- REGUILLO CRUZ, Rossana (2002): "Cuerpos juveniles, políticas de identidad". En CARLES FEIXA, FIDEL MOLINA y CARLES ALSINET (editores): *Movimientos juveniles en América Latina: pachucos, malandros, punketas*. Barcelona: Ariel.
- (2000): *Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma.
- RODRÍGUEZ, Ernesto (2002): *Actores estratégicos para el desarrollo. Políticas de juventud para el siglo XXI*. México: Instituto Mexicano de la Juventud.
- RUA, Maria das Graças (1998): "As políticas públicas e a juventude dos anos 90". En CNPD: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*, Vol. 2. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.
- RUIZ DE OLABUÉNAGA, I. (1998): *La juventud liberta. Géneros y estilos de vida de la juventud urbana española*. Madrid: Fundación BBV.
- SANDOVAL, Mario (2002): *Jóvenes del siglo XXI. Sujetos y actores en una sociedad en cambio*. Santiago: UCSH.
- SCHKOLNIK, Mariana (2002): "Trabajo infanto-juvenil y educación: diagnóstico de la realidad chilena". Ponencia presentada en el Seminario "12 años de escolaridad: un requisito para la equidad en Chile". Ministerio de Educación, Santiago, 13 y 14 de junio.
- SILVA, Claudio (1999): *Jóvenes de los noventa. De maratones, vértigo y sospecha*. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- SPINDEL, Cheywa. Crianças e adolescentes no mercado de trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- SPOSITO e CARRRANO, Paulo. Juventude e políticas no Brasil. Davila, O. (ed.) *Políticas de juventud em América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar, CIDPA, 2003.
- SPOSITO, Marília. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo, Ação Educativa, 2003.
- STAUBER, Barbara; Siyka Kovacheva y Harm van Lieshout (2004): "Flexibilidad y seguridad: el supuesto dilema de las políticas de transición". *Revista de Estudios de Juventud* N°65. Madrid: INJUVE.
- TEDESCO, Juan Carlos (2000): *Educación en la sociedad del conocimiento*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- TELLES, Vera da Silva. As novas faces da cidadania: uma introdução. In *Novas faces da cidadania: identidades políticas e estratégias culturais*. *Cadernos de Pesquisa*, CEBRAP, 1996.
- TOHÁ MORALES, Carolina (2000): "Jóvenes y exclusión social en Chile". En ESTANISLAO GACITÚA y CARLOS SOJO (editores): *Exclusión social y reducción de la pobreza en América Latina y Caribe*. San José: FLACSO y Banco Mundial.
- TOMMASI, Livia de (2004): *Abordagens e práticas de trabalho com jovens das ONGs brasileiras*. (ainda não publicado)
- TOURAINÉ, Alain (1996): "Juventud y democracia en Chile". *Revista Iberoamericana de Juventud* N°1. Madrid: OIJ.
- (1988): "Un mundo que ha perdido su futuro". En vv. AA.: *¿Qué empleo para los jóvenes?* Madrid: Tecnos y UNESCO.
- UNICEF (2001): *Educación, pobreza y deserción escolar*. Santiago: UNICEF.
- (2000): *Adolescencia en América Latina y El Caribe: orientaciones para la formulación de políticas*. Panamá: UNICEF.
- (2002): *Situação da Adolescência Brasileira*, UNICEF
- VARGAS, Carmem Zeli (2004): "Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites". *Última Década* N°20. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- WALTHER, Andreas (2004): "Dilemas de las políticas de transición: discrepancias entre las perspectivas de los jóvenes y de las instituciones". *Revista de Estudios de Juventud* N°65. Madrid: INJUVE.

Sobre os autores

Maria Virginia de Freitas - Socióloga e Mestre em Educação, é coordenadora do Programa Juventude da Ação Educativa, em São Paulo, e membro do Conselho Nacional de Juventude. É co-autora de *Juventude em Debate* (Ação Educativa / Cortez, 2000), *O Encontro das Culturas Juvenis com a Escola* (Ação Educativa, 2001) e *Políticas Públicas: Juventude em Pauta* (Ação Educativa / Cortez / Fundação Friedrich Ebert, 2003).

Helena Wendel Abramo - Socióloga e Mestre em Ciências Sociais, é assessora da Comissão Esoocial Permanente da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo. Foi consultora especial do Projeto Juventude e é membro do Conselho Nacional de Juventude. Entre outros artigos e livros, publicou, como autora, *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano* (Scritta/ANPOCs, 1994), e como co-autora, *Retratos da Juventude Brasileira, análises de uma pesquisa nacional* (Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005).

Oscar Dávila León - Mestre em Ciências Sociais e doutorando do “Programa de doctorado en el estudio de las sociedades latinoamericanas”, pela Universidad ARCIS de Santiago de Chile, é pesquisador do Centro de Estudios Sociales CIDPA de Valparaíso Chile, onde tem atuado em diversos projetos de pesquisa, e é editor da *Revista Última Década*, revista especializada em temáticas de juventude chilena e latinoamericana. Publicou diversos artigos e livros, dos quais o mais recente é *Los desheredados. Trayectorias de vida y nuevas condiciones juveniles* (con Felipe Ghiardo y Carlos Medrano) (Ediciones CIDPA, 2005).